



Portobello Grupo

Proposta da Administração

COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA
Conforme item 10 do Formulário de Referência (Instrução CVM nº 480/2009)
(Art. 9 da Instrução CVM nº 481/2009)

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO
Conforme anexo 9-1-II (Instrução CVM nº 481/2009)

ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO
(Art. 10 da Instrução CVM nº 481/2009)

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES
Conforme item 13 do Formulário de Referência (Instrução CVM nº 480/2009)
(Art. 12 da Instrução CVM nº 481/2009)

PROPOSTA DE REFORMA ESTATUTÁRIA
(Art. 11 da Instrução CVM nº 481/2009)

ÍNDICE

Página

Comentário dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia.....	04
Proposta de Destinação do Lucro Líquido.....	59
Assembleia Geral e Administração.....	64
Proposta de Remuneração dos Administradores.....	71
Proposta de Reforma Estatutária.....	81

COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

ITEM 10 do Formulário de Referência (Instrução CVM 480/2009)

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção dos Diretores sobre as atividades da Companhia, negócios e desempenho. Os valores constantes nesta seção 10.1 foram extraídos das nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 podem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 e suas respectivas notas explicativas, ou as demonstrações financeiras consolidadas auditadas. As demonstrações financeiras consolidadas auditadas foram preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), conforme emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 2021 o Portobello Grupo apresentou a consolidação do novo nível de performance operacional que vem ocorrendo desde o segundo semestre de 2020, momento em que todas suas unidades industriais passaram a operar a pleno - e que mantiveram este nível desde então - com crescimento de receita, manutenção de altos níveis de margens bruta e diluição de despesas, mesmo com forte pressão de custos. O desempenho positivo foi apresentado em todas as Unidades de Negócios, mas principalmente nas operações de varejo no Brasil e negócios internacionais. O ano foi o melhor da história de mais de 42 anos do Portobello Grupo em termos de receita, margens, geração de caixa, distribuição de dividendos entre diversos outros indicadores, e foi atingido graças ao esforço e comprometimento dos mais de 3.700 colaboradores que fazem parte do Grupo.

O mercado de revestimentos cerâmicos continua vivendo um momento muito positivo, com demanda elevada, e o Portobello Grupo canalizou as oportunidades e potencializou sua performance através do foco na geração de valor à Companhia e no nível de serviço prestado aos clientes.

No ano, foram distribuídos R\$ 102,7 milhões em dividendos aos acionistas, equivalentes a 50% do lucro líquido descontado das reservas de capital, mais R\$ 63,0 milhões em complemento ao exercício de 2020, correspondendo a um dividend yield de 15,3% sobre a cotação de fechamento do ano de 2020. Além disso, foram recompradas um total de 13,5 milhões de ações no valor de R\$ 153,7 milhões (preço médio de R\$ 11,38 por ação), equivalentes a 8,8% do total de ações antes destas operações, sendo que todas as ações recompradas foram canceladas. Considerando os dividendos distribuídos e as ações recompradas, foram distribuídos um total de R\$ 319,4 milhões aos acionistas da Companhia no ano de 2021.

Mantendo a diretriz estratégica de crescimento internacional, a Portobello Grupo iniciou no 4T21 as obras da nova planta nos Estados Unidos. O projeto da nova unidade, aprovado pelo Conselho de Administração no 3T21, deve entrar em operação no início de 2023 com um investimento de USD 160 milhões, sendo aproximadamente 50% financiado com operação de *BtS (Built to Suit)* e aproximadamente 50% através de recursos próprios para compra de equipamentos com financiamento de longo prazo de fornecedores. O projeto está na fase final de contratação de um parceiro internacional para financiamento de longo prazo em uma operação BtS.

A Receita Líquida no ano, totalizou R\$ 1.912,1 milhões, com crescimento de 43,6% vs. 2020. No 4T21 atingiu R\$ 520,2 milhões, mantendo o patamar acima de R\$ 500 milhões, atingido no 3T21

pela primeira vez na história do Grupo. No mercado interno, a Receita Líquida cresceu em 2021, 41,9% vs. 2020. Segundo a ABRAMAT (Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção), o faturamento do mercado de materiais de construção em 2021 apresentou crescimento nominal de 37,3% em comparação ao ano passado, o que demonstra forte crescimento das operações em comparação com o mercado interno e evolução consistente de market share.

A Receita Líquida do mercado externo, para o ano de 2021, atingiu crescimento de 50,0% vs. 2020 (47,0% em Dólares). Este crescimento ocorreu em função da expansão da distribuição e aumento do ticket médio nos Estados Unidos, aumento do volume vendido pela Unidade de Negócios Portobello América, assim como da maior atuação internacional das Unidades de Negócios Portobello e Pointer.

A Margem Bruta Ajustada e Recorrente continuou apresentando performance positiva, atingindo 43,3% no ano, com melhoria de 6,6 p.p. vs. 2020, devido principalmente aos aumentos de preços, ao melhor mix de produtos e às iniciativas de produtividade/eficiência de custos e ganhos de escala. O EBITDA Ajustado e Recorrente atingiu R\$ 365,4 milhões em 2021, com Margem EBITDA Ajustada e Recorrente de 19,1% e incremento de 6,0 p.p. vs. 2020, em função da progressão na Margem Bruta Ajustada e Recorrente de 6,6 p.p., e da redução das Despesas Operacionais Ajustadas de 0,2 p.p. vs. 2020 na relação com a Receita Líquida, devido a ganho de escala.

O investimento em Capital de Giro em 2021 foi de R\$ 270,4 milhões, aumento de R\$ 75,1 milhões vs. 2020, com aumento no volume dos negócios sendo minimizado pela redução de 10 dias no Ciclo de Conversão de Caixa, atingindo 32 dias em 2021 vs. 42 dias no 2020. Essa redução ocorreu em função da melhoria na gestão da carteira de recebíveis e das iniciativas de alongamento de prazos de fornecedores.

A Companhia encerrou o ano com endividamento líquido de R\$ 576,9 milhões com relação entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado e Recorrente de 1,6 vezes. A redução da alavancagem de 0,7 vezes em comparação ao final de 2020 ocorreu em função do aumento consistente do EBITDA Ajustado e Recorrente combinado com a melhoria no Ciclo de Conversão de Caixa.

No 3T21 a Companhia fez uma captação de R\$ 430 milhões no mercado através de Debentures e NCEs (Notas de Crédito Exportação) com prazo de pagamento de 5 anos e 2 anos de carência. Como parte da estratégia de captação e alongamento do perfil da dívida bancária, no 4T21 a Companhia liquidou as dívidas bancárias de prazos mais curtos, fazendo com que o prazo médio da dívida bancária (duration) atingisse 4,4 anos, o que representa alongamento de 0,8 anos vs. prazo médio no final do ano de 2020.

Os investimentos de CapEx do ano totalizaram R\$ 114,8 milhões, dos quais, 34% destinados a investimentos na Portobello América, 36% foram destinados à planta de Tijucas-SC. Os demais valores de investimentos foram destinados principalmente aos projetos comerciais da Unidade Portobello Shop e projetos corporativos do Grupo.

O ano de 2020 trouxe grandes desafios devido à pandemia do Coronavírus. Com objetivo de centralizar e alinhar as tomadas de decisões no enfrentamento à pandemia, foi criado um Comitê de Gestão de Crise. A partir disso, a Companhia implementou ações, como a proteção aos colaboradores e clientes, com o foco na redução do risco de transmissão da doença. Para tal, foi implantado o modelo de home office, o afastamento dos colaboradores que fazem parte dos grupos de risco, a redução de jornada de trabalho, antecipação de férias e, ainda, o reforço às ações de desinfecção em ambientes de lojas, administrativo e centro de distribuição. O segundo ponto foi a proteção às operações, com adequação com a suspensão de parte da produção das plantas de Tijucas-SC, Marechal Deodoro-AL e gestão dos estoques. O foco na ocasião foi na gestão do caixa, especialmente em contenção de gastos e investimentos, renegociação de contratos de

financiamento, postergação de prazo dos principais clientes e fornecedores e redução de dispêndios no curto prazo, além de adesão a programas governamentais para a preservação dos empregos.

A Companhia apresentou avanços em seu desempenho, com receita líquida consolidada de R\$ 1.331,8 milhões, maior em 19,5% quando comparado ao ano anterior. Os resultados foram positivamente impactados tanto no mercado interno como no mercado externo.

No mercado interno, a Receita Líquida cresceu expressivos 15,7% em 2020 em comparação com 2019, índices bem superiores ao crescimento do mercado, de - 0,3% no ano, respectivamente, segundo dados da ABRAMAT (Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção). Tal desempenho garantiu ganhos relevantes de market share, como resultado do consistente trabalho da estrutura de vendas e da qualificação do *mix*, especialmente em grandes formatos e diferenciação por meio da inovação.

Já o mercado externo também apresentou um bom desempenho de Receita Líquida, com crescimento em dólares de 4,1% no ano em função do aumento do volume de vendas, já que a participação da distribuição, através da unidade de negócios Portobello América nos Estados Unidos, cresceu significativamente. Esse desempenho, somado à desvalorização cambial média do período da ordem de 30,5%, levou a uma expansão do mercado externo em Reais de 35,9% em relação a 2019.

O desempenho de vendas, aliando qualificação do *mix* de produtos com melhor rentabilidade, os aumentos de preços, bem como os ganhos de produtividade e eficiência de custos, levaram a Margem Bruta Ajustada e Recorrente a atingir 36,7% no ano, com incremento de 4,2% comparado a 2019. A progressão da Margem Bruta combinada com a otimização de Despesas Operacionais, que reduziram 1,8% no ano em relação a 2019, levaram o EBITDA Ajustado e Recorrente da Companhia a atingir R\$ 174,5 milhões no ano, com incremento de Margem EBITDA de 6,3% quando comparado a 2019.

O ano de 2019 trouxe grandes desafios tanto no cenário externo como no doméstico e apesar da perceptível resistência nos avanços da economia e a forte pressão nos custos, impactados pelos preços dos insumos energéticos, a Companhia encerrou o ano apresentando crescimento, expansão e consolidação dos novos negócios. Todos os esforços foram concentrados para preservar as margens.

A Companhia apresentou avanços em seu desempenho, com receita líquida consolidada de R\$ 1.114,3 milhões, maior em 6,8% quando comparado ao ano anterior. Segundo a ABRAMAT, o faturamento do mercado de materiais de construção de acabamento apresentou decréscimo de 0,9% entre 2018 e o 2019, o que aponta para um ganho de mercado da Companhia no setor.

A estratégia comercial no mercado interno vem mantendo resultados consistentes e progressivos, focada em um *mix* de produtos mais rentáveis e com modelo de negócios com maior frequência de lançamentos.

No mercado externo, houve um acréscimo significativo de 28,9% no último trimestre de 2019 quando comparado ao mesmo período do ano anterior e, apesar do bom resultado no último trimestre, não foi o suficiente para recuperar as perdas decorrentes à crise na Argentina, dessa forma, as receitas líquidas de vendas no mercado externo resultaram em decréscimo no ano quando comparado a 2018 no montante de 5,6%.

Os custos industriais foram afetados pelo aumento dos insumos energéticos, fato que gerou redução da margem bruta no ano de 2019 para 32,5% em comparação com 37,8% em 2018. A Companhia concentrou os esforços na redução de custos com melhorias que proporcionem ganhos de

produtividade e na expansão dos novos negócios. Houve qualificação do *mix* de produtos com a introdução das vendas de grandes formatos é uma das principais estratégias para mitigar os aumentos dos custos. Neste sentido, no ano de 2019 a Companhia aumentou sua capacidade de produção com a implantação de uma nova linha para produção de lastras.

O lucro líquido do período somou R\$ 13,2 milhões e a geração de caixa, medida pelo EBITDA, somou R\$ 128,8 milhões, com margem de 11,6%. Durante o ano, houve o reconhecimento dos ganhos judiciais referente ao “Expurgo de ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS”. O EBITDA ajustado excluindo estes itens não recorrentes totalizou R\$ 76,9 milhões e apresentou margem de 6,9%. A entrada de caixa referente a venda do precatório referente ao crédito prêmio IPI, no valor de R\$ 170 milhões o que teve importante contribuição adicional para o fluxo de caixa e redução da alavancagem financeira e execução do plano de investimento para o ano.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A estrutura de capital da Companhia é constituída de 154.529.361 ações ordinárias escriturais em 31 de dezembro de 2021.

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento das suas operações, objetivando salvaguardar a capacidade de continuidade, para oferecer retorno aos acionistas e, manter uma estrutura compatível com seus níveis de endividamento.

O capital é monitorado frequentemente com base nos índices de alavancagem financeira (vide letra “c” a seguir). Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. Já a dívida líquida, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

Esse índice é calculado considerando à dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido, onde a dívida líquida corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures, subtraídos do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações vinculadas.

A estrutura de capital, mensurada pela relação entre a dívida líquida e o patrimônio líquido, correspondeu a 62 % em 2021, 49% em 2020, e 57% em 2019.

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Dívida Bruta	766.664	727.766	756.376
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(189.718)	(326.325)	(275.378)
Dívida Líquida	576.946	401.441	480.998
Total do patrimônio líquido	356.157	417.184	367.636
Total do capital	933.103	818.625	848.634
Estrutura de capital (%)	61,83%	49,04%	56,68%

i) Hipóteses de resgate

Não existe provisão para resgate de ações ou quotas de capital. Segundo o § 1º do art. 44 da Lei 6.404/76, “o resgate consiste no pagamento do valor das ações para retirá-las definitivamente de circulação”. A Companhia não prevê o resgate de suas ações.

Ademais, não há previsão estatutária nem deliberação em assembleia especial (conforme o § 6º do art. 44 da Lei 6.404/76) para este desiderato. Assim não há autorização prévia para o resgate de ações. Não há certificados emitidos que contenham a previsão de resgate de ações.

Desta forma não há meios para nesta data realizar o resgate de ações da Companhia. Caso a Companhia estabeleça, no futuro, o resgate de ações, consoante deliberação em Assembleia Extraordinária serão observadas as hipóteses legais estabelecidas na Lei 6.404/76 e as orientações da Comissão de Valores Mobiliários.

ii) Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não se aplica, dado que não existe provisão de resgate de ações ou quotas de capital.

O estatuto social da Companhia não prevê um critério pré-definido para definição do valor justo de resgate. Entende-se a importância de adotarem-se critérios estatutários objetivos para coibir abusos e danos aos acionistas e à Companhia. Entretanto, não há formalizado qualquer orientação a respeito da matéria pela Administração.

Nos casos em que não existe critério pré-definido no estatuto social, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) orienta no sentido de que a administração deve propor a adoção de um critério que resulte em valor justo de resgate e deve justificar os aspectos econômicos que determinaram sua escolha. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) se manifestou sobre o assunto e determinou que o preço tivesse em conta o patrimônio líquido, não simplesmente por sua expressão contábil, mas como apurado, em vista dos valores reais, consoante o mercado.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A capacidade de pagamento é satisfatória tendo em vista o LAJIDA/EBITDA atingido de cerca de R\$ 361 milhões em 2021 (R\$ 175 milhões em 2020 e R\$ 129 milhões em 2019) frente aos compromissos financeiros contratados. A relação Dívida Líquida pelo LAJIDA/EBITDA é de 1,6 vezes (2,3 em 2020 e 3,7 em 2019), o LAJIDA/EBTIDA ajustado e recorrente da companhia atingiu R\$ 365 milhões em 2021 (R\$ 175 milhões em 2020 e R\$ 76 milhões em 2019), a relação Dívida Líquida pelo LAJIDA/EBTIDA ajustado e recorrente é de 1,6 vezes (2,3 em 2020 e 6,3 em 2019), demonstrando que a disciplina da Companhia na gestão financeira, cujo foco está na otimização do Ciclo de Conversão de Caixa, resultou na redução da alavancagem financeira para números históricos. O caixa da Companhia é adequado para honrar seus compromissos com credores, frente aos novos desafios de investimentos realizados. Parte substancial dos compromissos decorre de linhas de financiamento de longo prazo, aplicados na liquidação de compromissos de curto prazo, antecipação de pagamento de dividendos em 2021, programa de recompra de ações, e expansão, que financiaram diversos investimentos da Companhia.

A tabela abaixo demonstra o índice de alavancagem financeira que é base para o monitoramento do capital. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo LAJIDA/EBITDA:

	2021	2020	2019
Dívida Bancária Bruta	766.664	727.766	756.376
(-) Disponibilidades	(189.718)	(326.325)	(275.378)
(=) Dívida líquida	576.946	401.441	480.998
Dívida líquida/ LAJIDA ou EBITDA	1,6	2,3	3,7
Dívida líquida/ LAJIDA ou EBTIDA ajustado e recorrente	1,6	2,3	6,3

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos provêm de diversas instituições financeiras, onde são garantidas pelos recebíveis oriundos das vendas da Companhia e por hipoteca e alienação fiduciária de imóveis e equipamentos. Alguns financiamentos para investimentos provêm também dos próprios fornecedores dos equipamentos adquiridos.

As principais fontes de financiamentos detalhadas no item são:

- (i) Emissão de debêntures contratadas para alongamento da dívida e maior liquidez financeira da Companhia, com saldo de R\$ 305 milhões em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 198 milhões em 2020 e R\$ R\$ 297 milhões em 2019);
- (ii) Linha de crédito contratada com o Banco do Nordeste do Brasil S/A (“Banco do Nordeste”) para investimento e capital de giro da planta fabril de Alagoas, com saldo de 121 milhões, em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 133 milhões em 2020 e R\$ R\$ 108 milhões em 2019);
- (iii) Benefício de R\$ 20 milhões que a Companhia obteve a partir de 2009 pelo programa de incentivo fiscal denominado PRODEC, que difere por 48 meses o recolhimento de 60% do ICMS gerado mensalmente que exceder R\$ 2 milhões;
- (iv) Cerca de R\$ 134 milhões em Nota de Crédito para Exportação contratados com a finalidade de financiar exportações (R\$ 223 milhões em 2020 e R\$ R\$ 249 milhões em 2019);
- (v) Contratos FINEP, sendo um contrato celebrado no ano de 2019, no valor de R\$ 67 milhões, prazo total de 120 meses, e em novembro de 2020, novo contrato de R\$ 98 milhões, também com prazo de 120 meses e carência de 36 meses. Ambos os contratos com liberações parciais em cada exercício. Em 31 de dezembro de 2021 o montante em aberto de FINEP era R\$ 166 milhões (R\$ 128 milhões em 2020 e R\$ 44 milhões em 2019).

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia possui uma emissão de R\$ 300 milhões em debêntures destinados ao alongamento da dívida e preservação da liquidez financeira, aprovados em 2021, sendo esta a 4ª emissão.

A Companhia possui limites de crédito em aberto para financiamento de capital de giro junto aos Bancos e que, devido a sua condição de solvência, não se encontram tomadas. Além disso, a Companhia captou um empréstimo com o Banco do Nordeste em janeiro de 2021, no montante de R\$ 16 milhões, com o prazo de 12 meses (carência de 12 meses), e, Notas de Crédito à Exportação no montante de R\$ 130 milhões, com carência de 24 meses, e prazo de até 72 meses. O detalhamento das operações pode ser observado no item 3.3 desse formulário de referência.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

O endividamento bancário bruto da Companhia (compostos pelos empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazo) em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 foi de R\$ 767 milhões, R\$ 727,8 milhões e R\$ 756,4 milhões respectivamente, na qual 47,1%, 43,5% e 51,4%, desses montantes, que correspondem a R\$ 360,9 milhões, R\$ 316,7 milhões e R\$ 389,4 milhões, respectivamente, apresentam garantia real de hipoteca e alienação fiduciária de imóveis e equipamentos.

i) Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

A seguir, informações dos contratos de empréstimos relevantes:

Debêntures:

Em 16 de setembro de 2021, foi aprovado pelo Conselho de Administração da PBG S.A, a 4º Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie como garantia real e garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos. Os recursos obtidos por meio da emissão serão destinados ao resgate da totalidade da 3º (segunda) emissão de debêntures da Companhia e reperfilamento de outros passivos da Companhia. Este contrato possui cláusulas mínimas de “covenants” que foram cumpridas em 31 de dezembro de 2021.

A 3º Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie como garantia real e garantia adicional fidejussória, em duas séries, aprovadas em 15 de junho de 2018 pelo Conselho de Administração da PBG S.A, com recursos obtidos por meio da emissão e destinados ao resgate da totalidade da 2º (segunda) emissão de debêntures da Companhia e reperfilamento de outros passivos da Companhia, foram totalmente liquidadas com 4º Emissão de debêntures em 2021.

1º série de debentures: foi celebrada em junho de 2018 – possui o principal de R\$ 150 milhões, prazo de 36 meses (liquidados em 2021), com carência de 24 meses e amortizações semestrais.

2º série de debentures: foi celebrada em junho de 2018 – possui o principal de R\$ 150 milhões, prazo de 60 meses (liquidados em 2021), com carência de 48 meses e amortizações semestrais.

Em 31 de dezembro de 2021 o montante em aberto das debêntures era R\$ 305 milhões (R\$ 198 milhões em 2020 e R\$ 297 milhões em 2019).

Banco do Nordeste:

Os contratos com o Banco do Nordeste são operações específicas e incentivadas pelos governos estaduais, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía cinco contratos com essa instituição, descritos abaixo:

- Contrato celebrado em junho de 2013 – este contrato possui o principal de R\$ 106 milhões, prazo de 133 meses (vencimento previsto em junho de 2025) como garantia foi cedida a hipoteca de imóveis, máquinas e equipamentos.

- Contrato celebrado em julho de 2019 – este contrato possui o principal de R\$ 31 milhões, prazo de 95 meses (vencimento previsto para junho de 2027), como garantia foi cedida a hipoteca de imóveis, máquinas e equipamentos em 1 e 2º grau.

- Contrato celebrado em setembro de 2019 – este contrato possui o principal de R\$ 24 milhões, prazo de 12 meses e repactuado em abril de 2020 (vencimento previsto para agosto de 2022), como garantia foi concedido aval das empresas controladas PBTEch e CBC.

- Contrato celebrado em junho de 2020 – este contrato possui o principal de R\$ 35 milhões, prazo de 37 meses (vencimento previsto para julho de 2023), como garantia foi cedida a hipoteca de imóveis em 2º grau e atendimento de indicadores de *covenants*.

- Contrato celebrado em janeiro de 2021 – este contrato possui o principal de R\$ 16 milhões, prazo de 16 meses (vencimento previsto para janeiro de 2022), como garantia foi concedido aval das empresas controladas PBTech e CBC.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante em aberto com o Banco do Nordeste era R\$ 121 milhões (R\$ 133 milhões em 2020 e R\$ 108,1 milhões em 2019).

Crédito à exportação (NCE):

A Companhia apresenta 3 contratos relacionados a crédito de exportação, o montante total em aberto em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 134 milhões (R\$ 223 milhões em 2020 e R\$ 249 milhões em 2019). Todos os contratos de NCE são garantidos por meio de recebíveis (de 20% a 30% dos recebíveis) das empresas controladas da Companhia.

Segue abaixo o resumo de todos contratos de NCE:

Data do contrato	Vence em	Prazo (meses)	Carência (meses)	Período Amortização	Valor captado	Liberações (em R\$ mil)	
						Valor	Data
jun/18	mar/22	36	12	Trimestral	R\$ 24.000	R\$ 24.000	jun/18
jun/21	jun/26	60	24	Semestral	R\$ 30.000	R\$ 30.000	jun/21
ago/21	ago/27	72	24	Semestral	R\$ 100.000	R\$ 100.000	ago/21

FINEP ou Financiadora de Estudos e Projetos:

FINEP É uma entidade pública de fomento à ciência, tecnologia e inovação. A Companhia possui um contrato celebrado no ano de 2019, no valor de R\$ 67 milhões, prazo total de 120 meses, tendo também como garantia fiança bancária.

Em novembro de 2020, firmou contrato de R\$ 98 milhões, também com prazo de 120 meses e carência de 36 meses, tendo também como garantia fiança bancária, sendo desembolsado o valor de R\$ 64 milhões ainda em 2020 e R\$ 34 milhões em 2021.

Em 31 de dezembro de 2021 o montante em aberto de FINEP era R\$ 166 milhões (R\$ 128 milhões em 2020 e R\$ 44 milhões em 2019).

DEG:

O contrato foi celebrado em maio de 2014 e possui principal de US\$ 18 milhões, prazo de 90 meses (vencimento previsto em outubro de 2021), como garantia foi cedido máquinas, equipamentos e notas promissórias.

Em 31 de dezembro de 2021, a companhia não possuía montante em aberto da DEG (R\$ 16 milhões em 2020 e R\$ 25 milhões em 2019).

ACC ou Adiantamento de Contrato de Câmbio:

Esta operação está relacionada a adiantamento de contratos de câmbio da Companhia. Dois contratos foram celebrados em 2020 e 2021, que somam um valor de principal de US\$ 3,2 milhões, com prazo de 12 meses (vencimento previsto em março de 2022 e outubro de 2022) como garantia foi concedido aval da empresa controladas PBShop.

Em 31 de dezembro de 2021 o montante em aberto de ACC era R\$ 17,5 milhões (R\$ 11 milhões em 2020 e 2019)

ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Todas as relações de longo prazo da Companhia já foram divulgadas no item acima.

iii) Grau de subordinação entre as dívidas

As dívidas mencionadas acima têm o mesmo grau de subordinação.

iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

As emissões das debêntures, assim como uma NCE contratada junto ao Banco do Brasil, estão vinculadas a cláusulas de *covenants*, cujo indicador é apurado pela relação dívida/EBITDA igual ou menor a 3,5 vezes. Em 31 de dezembro de 2021 o indicador foi atingido e não apresentou quebra de *covenants* no encerramento do exercício.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

No final de 2020, mais uma linha de crédito para exportação – Nexport Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) foi aprovada e estava à disposição da Companhia, no valor de R\$ 16 milhões, este que foi desembolsado por completo em fevereiro de 2021.

Considerando a totalidade dos contratos firmados pela Companhia em anos anteriores até o final de 2020, cujo montante foi de R\$ 1.335 milhões, 94% (R\$ 1.261 milhões) havia sido desembolsado até 31 de dezembro de 2020, restando um limite a desembolsar de R\$ 73 milhões (6%), do qual R\$ 16 milhões foram desembolsados em fevereiro de 2021, R\$ 9 milhões em agosto de 2021 e R\$ 34 milhões em dezembro de 2021.

Considerando a totalidade dos contratos firmados pela Companhia em anos anteriores até o final de 2021, cujo montante foi de R\$ 1.151 milhões, haviam sido desembolsado R\$ 1.136 milhões (98%) até 31 de dezembro de 2021, restando um limite a desembolsar de R\$ 14 milhões (2%), ainda não desembolsados em 2022.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Análise das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

Balanco Patrimonial	Consolidado						% da Variação		
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31/12/21 X 31/12/19	31/12/21 X 31/12/20	31/12/20 X 31/12/19
Ativo									
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	189.718	326.325	275.378	9%	16%	15%	-31%	-42%	19%
Contas a receber de clientes	375.624	289.090	251.773	17%	14%	14%	49%	30%	15%
Estoques	285.364	204.562	243.413	13%	10%	13%	17%	40%	-16%
Adiantamentos a fornecedores	12.624	6.706	13.332	1%	0%	1%	-5%	88%	-50%
Tributos a recuperar	25.590	73.970	51.166	1%	4%	3%	-50%	-65%	45%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	1.864	3.852	1.006	0%	0%	0%	85%	-52%	283%
Outros	15.347	12.198	18.488	1%	1%	1%	-17%	26%	-34%
	<u>906.131</u>	<u>916.703</u>	<u>854.556</u>	<u>42%</u>	<u>45%</u>	<u>47%</u>	<u>6%</u>	<u>-1%</u>	<u>7%</u>
Não circulante									
Realizável a longo prazo									
Créditos com outras pessoas ligadas		-	100.936	0%	0%	5%	-100%	0%	-100%
Depósito em garantia	89.700	87.402	-	4%	4%	0%	0%	3%	0%
Depósitos judiciais	185.382	156.324	152.492	9%	8%	8%	22%	19%	3%
Recebíveis da Eletrobrás	12.821	12.821	12.821	1%	1%	1%	0%	0%	0%
Tributos a recuperar	46.801	50.989	83.093	2%	3%	5%	-44%	-8%	-39%
Ativo tributário	155.153	119.651	37.865	7%	6%	2%	310%	30%	216%
Ativo atuarial	18.677	8.905	6.338	1%	0%	0%	195%	110%	41%
Aplicações financeiras vinculadas	13.679	13.317	7.552	1%	1%	0%	81%	3%	76%
Outros	13.864	15.088	11.093	1%	1%	1%	25%	-8%	36%
	<u>536.077</u>	<u>464.497</u>	<u>412.190</u>	<u>25%</u>	<u>23%</u>	<u>22%</u>	<u>30%</u>	<u>15%</u>	<u>13%</u>
Investimentos									
Ativo de Arrendamento	71.536	71.391	58.843	3%	4%	3%	22%	0%	21%
Imobilizado	614.458	552.876	487.966	28%	27%	27%	26%	11%	13%
Intangível	28.797	28.473	22.392	1%	1%	1%	29%	1%	27%
	<u>715.139</u>	<u>653.088</u>	<u>569.546</u>	<u>33%</u>	<u>32%</u>	<u>31%</u>	<u>26%</u>	<u>10%</u>	<u>15%</u>
	<u>1.251.216</u>	<u>1.117.585</u>	<u>981.736</u>	<u>58%</u>	<u>55%</u>	<u>53%</u>	<u>27%</u>	<u>12%</u>	<u>14%</u>
Total do ativo	<u>2.157.347</u>	<u>2.034.288</u>	<u>1.836.292</u>	<u>100%</u>	<u>100%</u>	<u>100%</u>	<u>17%</u>	<u>6%</u>	<u>11%</u>

Balanco Patrimonial	Consolidado						% da Variação		
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31/12/21 X 31/12/19	31/12/21 X 31/12/20	31/12/20 X 31/12/19
Passivo									
Circulante									
Fornecedores	229.828	194.929	146.685	11%	10%	8%	57%	18%	33%
Cessão de crédito com fornecedores	97.717	66.418	58.710	5%	3%	3%	66%	47%	13%
Contas a pagar de imobilizado	38.107	31.303	21.745	2%	2%	1%	75%	22%	44%
Empréstimos e financiamentos CP	98.115	223.908	233.769	5%	11%	13%	-58%	-56%	-4%
Empréstimos e financiamentos	90.922	174.842	134.719	4%	9%	7%	-33%	-48%	30%
Debêntures	7.193	49.066	99.050	0%	2%	5%	-93%	-85%	-50%
Parcelamento de obrigações tributárias	11.663	9.354	11.765	1%	0%	1%	-1%	25%	-20%
Impostos, taxas e contribuições	24.205	21.443	10.580	1%	1%	1%	129%	13%	103%
Imposto de renda e contribuição social a recolher	3.865	2.997	2.083	0%	0%	0%	86%	29%	44%
Dividendos a pagar	1.043	31.079	14.465	0%	2%	1%	-93%	-97%	115%
Adiantamentos de clientes	69.564	43.825	23.854	3%	2%	1%	192%	59%	84%
Obrigações sociais e trabalhistas	58.991	46.499	41.882	3%	2%	2%	41%	27%	11%
Débito com controladas e pessoas ligadas	6.067	-	-	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Provisão para PPR	24.250	10.769	982	1%	1%	0%	2369%	125%	997%
Obrigações de arrendamento	19.456	34.803	-	1%	2%	0%	0%	-44%	0%
Instrumentos financeiros derivativos	-	2.354	-	0%	0%	0%	0%	-100%	0%
Outras contas a pagar	31.256	20.939	47.204	1%	1%	3%	-34%	49%	-56%
	714.127	740.620	613.724	33%	36%	33%	16%	-4%	21%
Não circulante									
Fornecedores LP	171.195	144.021	124.754	8%	7%	7%	37%	19%	15%
Contas a pagar de imobilizado	18.739	25.700	-	1%	1%	0%	0%	-27%	0%
Empréstimos e financiamentos LP	664.277	503.858	522.607	31%	25%	28%	27%	32%	-4%
Empréstimos e financiamentos	366.872	354.666	324.915	17%	17%	18%	13%	3%	9%
Debêntures	297.405	149.192	197.692	14%	7%	11%	50%	99%	-25%
Provisões cíveis, trabalhistas, previdenciárias e tribut	89.014	63.573	120.232	4%	3%	7%	-26%	40%	-47%
Parcelamento de obrigações tributárias LP	21.406	34.653	43.815	1%	2%	2%	-51%	-38%	-21%
Dívidas com pessoas ligadas	56.363	56.326	-	3%	3%	0%	0%	0%	0%
Obrigações de arrendamento	45.397	38.379	25.068	2%	2%	1%	81%	18%	53%
Outras contas a pagar	20.672	9.974	18.458	1%	0%	1%	12%	107%	-46%
	1.087.063	876.484	854.932	50%	43%	47%	27%	24%	3%
Patrimônio líquido, capital e reservas atribuídos aos									
Capital social	250.000	200.000	200.000	12%	10%	11%	25%	25%	0%
Ações em tesouraria	(91.351)	(14.095)	-	-4%	-1%	0%	0%	548%	0%
Reservas de lucros	236.608	250.941	184.036	11%	12%	10%	29%	-8%	36%
Ajuste de avaliação patrimonial	(42.610)	(50.125)	(22.224)	-2%	-2%	-1%	92%	-15%	126%
Dividendos adicionais	3.489	30.447	5.808	0%	1%	0%	-40%	-89%	424%
	356.136	417.168	367.620	17%	21%	20%	-3%	-15%	13%
Participação dos não controladores	21	16	16	0%	0%	0%	31%	31%	0%
Total do passivo e patrimônio líquido	2.157.347	2.034.288	1.836.292	100%	100%	100%	17%	6%	11%

Comparação das principais contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores de caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$ 189,7 milhões em 31 de dezembro de 2021, 42% menor que no mesmo período de 2020 onde o caixa e equivalente representava o montante de R\$ 326,3 milhões, esta redução é principalmente em decorrência da aquisição de ações em tesouraria em R\$ 153,7 milhões e pagamento de dividendos no montante de R\$ 162,2 milhões. A melhor gestão do capital de giro, excelentes resultados de venda e a otimização de custos e despesas ajudaram a Companhia a manter uma posição de caixa significativa, visto os desembolsos apresentados acima.

Contas a receber de clientes

A conta a receber de clientes apresentou aumento de 30% no período de 2021 em comparação com 2020, passando de um saldo de R\$289 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 376 milhões em 31 de dezembro de 2021, este acréscimo acompanhou o aumento das receitas líquidas de vendas que apresentou crescimento de 44% no período.

Estoques

O valor dos estoques em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 285 milhões e representou um aumento de 40% em relação ao mesmo período de 2020. A variação está principalmente relacionada à recuperação dos níveis de estoques e à inflação dos insumos no exercício. Apesar do aumento no nível de estoques, houve maior volume de vendas, onde a companhia teve resultado superior aos indicadores do setor, principalmente no mercado interno, com crescimento de 44%, enquanto que para o mercado, pelos índices da ABRAMAT (Associação Brasileira da Indústria de materiais de construção), houve crescimento de 37% no ano.

Tributos a recuperar (curto e longo prazo)

O valor de tributos a recuperar (curto e longo prazo) passou de R\$ 125 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 72,4 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando uma redução de R\$ 52,6 milhões. Esta redução está relacionada à utilização de créditos reconhecidos em anos anteriores, principalmente créditos tributários referentes ao expurgo do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS e créditos de PIS e COFINS sobre o ativo imobilizado.

Depósitos em Garantia

O montante de R\$ 89,7 milhões oriundos da quitação de créditos com pessoas ligadas, gerados na assinatura do termo de quitação com a Refinadora Catarinense S.A. (vide nota 12 das demonstrações financeiras consolidadas auditadas em 31 de dezembro de 2021) e recebimento das garantias dadas em pagamento para os processos de execução fiscal ajuizados contra a PBG S.A. O aumento no período de R\$ 2,3 milhões decorre da atualização monetária do período.

Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2021 totalizaram R\$ 185,4 milhões, representando 19% de aumento em comparação ao mesmo período do ano anterior, R\$ 156,3 milhões. Essa variação é decorrente principalmente da atualização monetária e depósitos do ano, do processo pela decisão de retirada de descontos mensais do gás contratado, por parte da SC Gás o montante de depósitos e atualizações no exercício foi de R\$ 27,2 milhões. A Companhia ingressou na justiça com o pedido da manutenção do desconto e vem depositando os valores referentes a estes descontos.

Recebíveis da Eletrobrás

Os valores são referentes a ação movida contra a Eletrobrás (Centrais Elétrica Brasileira S/A) visando o ressarcimento do empréstimo compulsório pago das faturas de energia elétrica entre os anos de 1977 e 1993 (vide nota 13 das demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 31 de dezembro de 2021), não houve alteração no valor em 2021 e os saldos mantiveram estáveis R\$ 12,8 milhões nos três últimos períodos em questão.

Ativos Judiciais

O saldo passou de R\$ 119,7 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 155,1 milhões em 31 de dezembro de 2021, o aumento de 30% em 2021, refere-se principalmente ao reconhecimento IRPJ e CSLL - Créditos sobre juros Selic em razão da repetição de débitos tributários no montante de R\$ 26,7 milhões (vide nota 15.d das demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 31 de dezembro de 2021). O saldo no montante de R\$ 8,8 milhões decorre de atualização dos demais ativos judiciais.

Imobilizado e Intangível

Os valores de imobilizado e intangível em 31 de dezembro de 2021 totalizaram R\$ 643,2 milhões, representando 11% de aumento em comparação ao mesmo período do ano anterior no valor de R\$ 581,3 milhões.

A variação é decorrente do aumento nas aquisições de máquinas e equipamentos e imobilizados em andamento que estão em linha com o plano de investimentos da Companhia. A maior parte destes investimentos foi destinada à atualização do parque na fábrica de Tijucas em R\$ 49,2 milhões. No exercício de 2021, a construção da fábrica nos EUA teve o investimento no montante de R\$ 39,1 milhões, os investimentos decorrem do projeto arquitetônico, terraplenagem do terreno e fundação da fábrica.

No que tange ao ativo intangível em 2021 houve um aumento de 1% referente ao ano de 2020 corresponde à inovação digital.

Ativo de arrendamento

O saldo de R\$ 71,5 milhões em 31 de dezembro de 2021 em linha em comparação com o valor de R\$ 71,4 milhões em 31 de dezembro de 2020. No período teve entradas no montante de R\$ 29,6 milhões decorrente da entrada de novos contratos de arrendamento de lojas e remensuração de contratos e reclassificação de fundo de comércio no montante de R\$ 11,5 milhões, houve saída de depreciação e rescisões contratuais no montante de R\$ 22,8 milhões e reclassificação de terreno da Portobello América no montante de R\$ 18,1 milhões. Está rubrica refere-se à aplicação do IFRS 16 / CPC 06 (R2) em 1º de janeiro de 2019, onde os contratos caracterizados como arrendamento passaram a ser contabilizados no balanço patrimonial da Companhia. Estes ativos passaram a ser demonstrados e segregados nas demonstrações conforme opção, ou não, de compra ao final dos contratos. Nota explicativa 20.

Fornecedores (curto e longo prazo)

O saldo de fornecedores no curto e longo prazo no montante de R\$ 401 milhões em 31 de dezembro de 2021 aumentou 18,3% em comparação com o valor de R\$ 339 milhões em 31 de dezembro de 2020, essa variação positiva está ligada principalmente a estratégia da companhia de alongamento de prazos de pagamentos de alguns fornecedores, visando melhorias no capital de giro da empresa. Do montante de R\$ 401 milhões, R\$ 171 milhões representam o fornecedor SC Gás a qual possui depósitos judiciais vinculados.

Cessão de crédito fornecedores

O saldo da conta cessão de crédito de fornecedores no montante de R\$ 97,7 milhões, teve um aumento de 47% em 31 de dezembro de 2021 em comparação com 31 de dezembro de 2020 R\$ 66,4 milhões, reflexo de uma maior adesão pelos fornecedores a essa modalidade de pagamento. A Companhia realiza operações de cessão de crédito de fornecedores com o objetivo de dispor aos seus fornecedores parceiros, outras opções de financiamento visando à manutenção da saúde financeira da cadeia produtiva. Esse crescimento está ligado ao aumento no volume dos estoques e aumento de preços nos insumos ligados à produção.

Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)

O saldo de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) em 31 de dezembro de 2021, R\$ 762,4 milhões foi 4,76% superior ao saldo de R\$727,8 milhões em 31 de dezembro de 2020, esta variação foi decorrente das novas captações realizadas no período, inferiores às amortizações. Em 2021 foram amortizados R\$ 488,8 milhões de dívida referente a diversas operações, tais como NCEs, FINEP, Prodec e debêntures. As captações do ano totalizaram R\$ 513,7 milhões, sendo as principais dívidas R\$ 300 milhões decorrente 4º emissão de debêntures e R\$ 130 milhões de NCEs, captações realizadas pela Companhia para o reperfilamento de suas dívidas.

Parcelamento de obrigações tributárias (curto e longo prazo)

O parcelamento de obrigações tributárias (curto e longo prazo) em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 33,1 milhões reduziu 25% ou R\$ 10,9 milhões em comparação com o mesmo período do ano anterior. A redução é decorrente dos pagamentos realizados no período.

Obrigações de arrendamento (curto e longo prazo)

O montante de R\$ 64,8 milhões em 31 de dezembro de 2021 é decorrente de contratos antigos e entrada de novos contratos, redução de 11% em relação ao mesmo período do ano anterior. A redução é reflexo de liquidações realizadas no período. Estas cifras referem-se à aplicação do IFRS 16 / CPC 06 (R2) em 1º de janeiro de 2019, onde os contratos caracterizados como arrendamento passaram a ser contabilizados no balanço patrimonial da Companhia, atualmente segregados e demonstrados como arrendamentos mercantis com opção de compra e sem opção de compra

Provisões cíveis, trabalhistas, previdenciárias e tributárias

Em 2021 o saldo de provisões de contingências é R\$ 89 milhões, um aumento 40% referente ao mesmo período de 2020 em representava o montante de R\$ 63,6 milhões, o aumento é reflexo de novas ações decorrente contingências Cíveis e atualizações de causas já existentes, vide nota explicativa n.27.

Dividendos a pagar

O saldo da conta em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 1 milhão refere-se aos dividendos que foram distribuídos porém ainda não liquidados. A variação da conta no período de R\$ 30 milhões decorre da liquidação dos dividendos provisionados em 31 de dezembro de 2020.

Contas a pagar de imobilizado (curto e longo prazo)

O saldo de contas a pagar de imobilizado no montante de R\$ 56,8 milhões em 2021, manteve estável em comparação com R\$ 57 milhões em 2020, os investimentos são decorrentes da construção da fábrica dos Estados Unidos e compra de máquinas e equipamentos para as unidades de Tijuca e Pointer.

Dívidas com pessoas ligadas (curto e longo prazo)

As dívidas com pessoas ligadas são referentes às contas a pagar com a Refinadora Catarinense S/A do processo do Polo Ativo totalizando um montante de R\$ 56 milhões em 31 de dezembro de 2021, mesmo saldo em 31 de dezembro de 2020. A Companhia possui operações comerciais com a Empresa Flooring Revestimento e AB Parking em 31 de dezembro de 2021 possui o montante de R\$ 6,1 milhões.

Outras contas a pagar

O saldo da rubrica outras aumentou em 2021 para o montante de R\$ 51,9 milhões em comparação com R\$ 30,9 milhões em 2020. Reflexo da reclassificação de outras contas a pagar do terreno da Portobello América no montante de R\$ 16,6 milhões.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Companhia reduziu R\$ 60 milhões em 31 de dezembro de 2021, a variação é decorrente principalmente da aquisição de ações em tesouraria de R\$ 153,7 milhões e pagamento de dividendos no montante de R\$ 132,2 milhões. A Companhia teve um lucro de R\$ 216,2 milhões no período.

Comparação das principais contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores de caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$ 326 milhões em 31 de dezembro de 2020, 19% maior que no mesmo período de 2019, este aumento é principalmente em decorrência da forte performance operacional. A melhor gestão do capital de giro, excelentes resultados de venda e a otimização de custos e despesas ajudaram a Companhia a apresentar aumento significativo na posição do caixa, comparando com o saldo de 2019, o qual está sendo destacado no tópico 4.6 deste formulário, assim como na nota 6 das demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 31 de dezembro de 2020.

Contas a receber de clientes

A conta a receber de clientes apresentou aumento de 15% no período de 2020 em comparação com 2019, passando de um saldo de R\$ 252 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 289 milhões em 31 de dezembro de 2020, este acréscimo acompanhou o aumento das receitas líquidas de vendas que apresentou crescimento de 20% no período.

Estoques

O valor dos estoques em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 205 milhões e representou uma redução de 16% em relação ao mesmo período de 2019. A variação está principalmente relacionada à realização de vendas de estoques não produzidas no exercício. Este efeito se deve à maior volume de vendas, onde a companhia teve resultado superior aos indicadores do setor, principalmente no mercado interno, com crescimento de 16%, enquanto que para o mercado, pelos índices da ABRAMAT (Associação Brasileira da Indústria de materiais de construção), não houve crescimento, mas uma redução de 0,3% no ano, e, influência de reduções de produção entre os meses de abril e junho, momento mais crítico da pandemia do COVID-19.

Tributos a recuperar (curto e longo prazo)

O valor de tributos a recuperar (curto e longo prazo) passaram de R\$ 134 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 124 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de R\$ 10 milhões. Esta redução está relacionada a utilização de créditos reconhecidos em anos anteriores, principalmente créditos tributários referentes ao expurgo do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS.

Outros (curto e longo prazo)

O valor em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 25 milhões e representou uma redução de 15% em relação ao mesmo período de 2019.

Créditos com outras pessoas ligadas

Em 2020, a Companhia e a Refinadora Catarinense S.A. formalizaram um termo de quitação referente a cessão de créditos tributários, originados do benefício fiscal intitulado crédito prêmio do IPI – Polo Ativo (vide nota 11 das demonstrações financeiras consolidadas auditadas em 31 de dezembro de 2020) não havendo obrigações residuais a ser cumprida pela Refinadora Catarinense S.A.

Depósitos em Garantia

O montante de R\$ 87 milhões oriundos da quitação de créditos com pessoas ligadas, gerados na assinatura do termo de quitação com a Refinadora Catarinense S.A. (vide nota 13 das demonstrações financeiras consolidadas auditadas em 31 de dezembro de 2020) e recebimento das garantias dadas em pagamento para os processos de execução fiscal ajuizados contra a PBG S.A

Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2020 totalizaram R\$ 156 milhões, representando 3% de aumento em comparação ao mesmo período do ano anterior. Essa variação é decorrente da atualização e depósitos do ano, do processo pela decisão de retirada de descontos mensais do gás contratado, por parte da SC Gás. A Companhia ingressou na justiça com o pedido da manutenção do desconto e vem depositando os valores referentes a estes descontos.

Recebíveis da Eletrobrás

Os valores são referentes a ação movida contra a Eletrobrás (Centrais Elétrica Brasileira S/A) visando o ressarcimento do empréstimo compulsório pago das faturas de energia elétrica entre os anos de 1977 e 1993 (vide nota 14 das demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 31 de dezembro de 2020), não houve alteração no valor em 2020 e os saldos mantiveram estáveis R\$ 13 milhões nos três últimos períodos em questão.

Ativos Judiciais

O saldo passou de R\$ 38 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 120 milhões em 31 de dezembro de 2020, o aumento de 216% em 2019 refere-se principalmente ao reconhecimento da parcela complementar do crédito prêmio IPI – Polo Ativo detalhada no tópico 4.6 deste formulário (vide nota 16.c das demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 31 de dezembro de 2020).

Imobilizado e Intangível

Os valores de imobilizado e intangível em 31 de dezembro de 2020 totalizaram R\$ 581 milhões, representando 14% de aumento em comparação ao mesmo período do ano anterior no valor de R\$ 510 milhões.

A variação é decorrente do aumento nas aquisições de máquinas e equipamentos e imobilizados em andamento que estão em linha com o plano de investimentos da Companhia. A maior parte destes

investimentos foi destinada à atualização do parque fabril e a implantação de uma nova linha de produção de porcelanato de grandes formatos (lastras) na fábrica de Tijucas.

No que tange ao ativo intangível em 2020 houve um aumento de 27% referente ao ano de 2019 corresponde à inovação digital.

Ativo de arrendamento

O saldo de R\$ 71 milhões em 31 de dezembro de 2020 aumentou 21% em comparação com o valor de R\$ 59 milhões em 31 de dezembro de 2019 é decorrente da entrada de novos contratos de arrendamento de lojas, bem como atualização de valores para ativos de arrendamento da Portobello América. Está rubrica refere-se à aplicação do IFRS 16 / CPC 06 (R2) em 1º de janeiro de 2019, onde os contratos caracterizados como arrendamento passaram a ser contabilizados no balanço patrimonial da Companhia. A Companhia aplicou o IFRS 16 / CPC 06 (R2) utilizando o método retrospectivo simplificado e não reapresentou os saldos comparativos, ou seja, não apresenta saldo nesta rubrica em 2018.

Fornecedores (curto e longo prazo)

O saldo de fornecedores no curto e longo prazo no montante de R\$ 339 milhões em 31 de dezembro de 2020 aumentou 25% em comparação com o valor de R\$ 271 milhões em 31 de dezembro de 2019, essa variação positiva está ligada principalmente a estratégia da companhia de alongamento de prazos de pagamentos de alguns fornecedores, visando melhorias no capital de giro da empresa.

Cessão de crédito fornecedores

A conta cessão de crédito de fornecedores teve um aumento de 13% em 31 de dezembro de 2020 em comparação com 31 de dezembro de 2019, reflexo de uma maior adesão pelos fornecedores a essa modalidade de pagamento. A Companhia realiza operações de cessão de crédito de fornecedores com o objetivo de dispor aos seus fornecedores parceiros, outras opções de financiamento visando à manutenção do equilíbrio financeira da cadeia produtiva.

Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)

O saldo de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) em 31 de dezembro de 2020, R\$ 728 milhões foi 4% inferior ao saldo de R\$ 756 milhões em 31 de dezembro de 2019, esta variação foi decorrente das novas captações realizadas no período, inferiores às amortizações. Em 2020 foram amortizados R\$ 218 milhões de dívida referente a diversas operações, tais como NCEs, FINEP e Prodec BNB. As captações do ano totalizaram R\$ 171 milhões, sendo FINEP, linha de capital de giro, ACC (Adiantamento de Contrato de Câmbio) e NCE (Nota de Crédito à Exportação).

Parcelamento de obrigações tributárias (curto e longo prazo)

O parcelamento de obrigações tributárias (curto e longo prazo) em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$ 44 milhões reduziu 21% ou R\$ 12 milhões em comparação com o mesmo período do ano anterior. A redução é decorrente dos pagamentos realizados no período.

Obrigações de arrendamento (curto e longo prazo)

O montante de R\$ 73 milhões em 31 de dezembro de 2020 é decorrente entrada de novos contratos, aumento de 85% em relação ao mesmo período do ano anterior. Estas cifras referem-se à aplicação do IFRS 16 / CPC 06 (R2) em 1º de janeiro de 2019, onde os contratos caracterizados como

arrendamento passaram a ser contabilizados no balanço patrimonial da Companhia. A Companhia aplicou o IFRS 16 / CPC 06 (R2) utilizando o método retrospectivo simplificado e não reapresentou os saldos comparativos, ou seja, não apresenta saldo nesta rubrica em 2018.

Provisões cíveis, trabalhistas, previdenciárias e tributárias

Em 2020 o saldo de provisões para contingências diminuiu 47% referente ao mesmo período de 2019, devido a reversão de R\$ 74 milhões, relativo a provisão para tributação do Crédito Prêmio IPI – Polo Ativo, referente a PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, o qual está sendo destacado no tópico 4.6 deste formulário, assim como na nota 28 das demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 31 de dezembro de 2020.

Dividendos a pagar

O saldo da rubrica refere-se aos dividendos que foram superiores em 31 de dezembro de 2020 em comparação ao período de 2019 em decorrência do aumento do lucro do exercício a ser distribuído, e normatizados em dividendos mínimos obrigatórios.

Contas a pagar de investimentos

O saldo de contas a pagar de investimentos aumentou em 2020 para o montante de R\$ 57 milhões em comparação com R\$ 21 milhões em 2019, essa variação é decorrente ao aumento nos investimentos realizados em linha com o plano de investimentos da Companhia, principalmente investimentos para a atualização do parque fabril e a implantação de uma nova linha de produção de porcelanato de grandes formatos (lastras) no parque fabril de Tijucas.

Dívidas com pessoas ligadas (curto e longo prazo)

As dívidas com pessoas ligadas são referentes às contas a pagar com a Refinadora Catarinense S/A do processo do Polo Ativo e aumentaram R\$ 34 milhões em 2020, totalizando um montante de R\$ 56 milhões em comparação com o valor de R\$ 23 milhões em 2019, este aumento é decorrente ao reconhecimento da parcela complementar Crédito Prêmio IPI – Polo Ativo (vide nota 16.c das demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 31 de dezembro de 2020).

Outros

O saldo da rubrica Outros reduziu em 2020 para o montante de R\$ 31 milhões em comparação com R\$ 43 milhões em 2019.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Companhia aumentou R\$ 50 milhões em 31 de dezembro de 2020, a variação é decorrente principalmente do lucro líquido do exercício no valor R\$ 128 milhões reduzidos da constituição da provisão para dividendos mínimos obrigatórios contabilizada em dividendos no passivo circulante.

Demonstração do resultado

Demonstração de Resultado	Consolidado				% da Receita		% da Variação		
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	2021 x 2019	2021 x 2020	2020 x 2019
Operações continuadas									
Receita operacional líquida	1.912.127	1.331.780	1.114.269	100%	100%	100%	72%	44%	-16%
Custo dos produtos vendidos	(1.085.039)	(871.338)	(751.650)	-57%	-65%	-67%	44%	25%	-14%
Lucro operacional bruto	827.088	460.442	362.619	43%	35%	33%	128%	80%	-21%
Receitas (despesas) operacionais líquidas									
Vendas	(421.287)	(319.148)	(306.437)	-22%	-24%	-28%	37%	32%	-4%
Gerais e administrativas	(68.980)	(44.923)	(40.873)	-4%	-3%	-4%	69%	54%	-9%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(48.080)	19.208	59.762	-3%	1%	5%	-180%	-350%	211%
	<u>(538.347)</u>	<u>(344.863)</u>	<u>(287.548)</u>	<u>-28%</u>	<u>-26%</u>	<u>-26%</u>	<u>87%</u>	<u>56%</u>	<u>-17%</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro	288.741	115.579	75.071	15%	9%	7%	285%	150%	-35%
Resultado financeiro									
Receitas financeiras	24.832	22.833	15.375	1%	2%	1%	62%	9%	-33%
Despesas financeiras	(89.967)	(77.962)	(91.571)	-5%	-6%	-8%	-2%	15%	17%
Variação cambial líquida	5.903	25.115	1.084	0%	2%	0%	445%	-76%	-96%
	<u>(59.232)</u>	<u>(30.014)</u>	<u>(75.112)</u>	<u>-3%</u>	<u>-2%</u>	<u>-7%</u>	<u>-21%</u>	<u>97%</u>	<u>150%</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	229.509	85.565	(41)	12%	6%	0%	-559878%	168%	-100%
Imposto de renda e contribuição social									
Corrente	(27.996)	(21.962)	(11.286)	-1%	-2%	-1%	148%	27%	-49%
Diferido	14.709	64.639	24.490	1%	5%	2%	-40%	-77%	-62%
	<u>(13.287)</u>	<u>42.677</u>	<u>13.204</u>	<u>-1%</u>	<u>3%</u>	<u>1%</u>	<u>-201%</u>	<u>-131%</u>	<u>-69%</u>
Lucro do exercício das operações continuadas	216.222	128.242	13.163	11%	10%	1%	1543%	69%	-90%
Lucro líquido do exercício	216.222	128.242	13.163	11%	10%	1%	1543%	69%	-90%
Lucro líquido atribuível a									
Acionistas da Companhia	216.173	128.200	13.128	11%	10%	1%	1547%	69%	-90%
Participação dos não controladores	49	42	35	0%	0%	0%	40%	17%	-17%

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020

Receita líquida de vendas

A Companhia apresentou avanços em seu desempenho, com receita líquida de vendas de R\$ 1.912,1 milhões em 31 de dezembro de 2021, um montante 44% maior em comparação com R\$ 1.331,8 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esse crescimento é decorrente de três fatores, mix de produtos de maior valor agregado, com preços maiores, ampliação da participação do varejo e ampliação da participação dos negócios internacionais. A receita teve crescimento acima do setor de materiais de construção (em valor) cresceu nominalmente 37,9% em 2021 vs. 2020, conforme dados da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (ABRAMAT).

Custo dos produtos vendidos

Em 31 de dezembro de 2021 os custos dos produtos vendidos totalizaram R\$ 1.085 milhões, um crescimento de 25% comparado ao período anterior R\$ 871,3 milhões, o crescimento é decorrente do volume de vendas e aumento da inflação nos insumos de produção.

Lucro operacional bruto

O lucro operacional bruto totalizou R\$ 827 milhões em 31 de dezembro de 2021 em comparação com R\$ 460,4 milhões em 31 de dezembro de 2020. Um crescimento de margem em 8,7% comparado ao período anterior, os principais fatores para esse crescimento são o reajuste de preços, melhoria do mix de produtos com maior valor agregado e diluição dos custos fixos de produção.

Despesas com vendas

Em 31 de dezembro de 2021, as despesas com vendas totalizaram R\$ 421,3 milhões, um aumento de 37% comparado ao valor de R\$ 319,1 milhões em 2020. Este crescimento foi em função do maior volume de vendas em 44% no período, que está ligado diretamente a despesas variáveis, sendo na maior parte relacionadas ao negócio Portobello Shop e marketing no canal revenda (*home centers*).

Despesas gerais e administrativas

Em 31 de dezembro de 2021 as despesas gerais e administrativas aumentaram 54% totalizando R\$ 69 milhões em 2021 em comparação com R\$ 44,9 milhões em 2020. Este aumento é explicado pelas despesas com implementação da nova estrutura organizacional com foco nas Unidades de Negócios, além de fortalecimento da governança corporativa.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais, líquidas totalizaram uma despesa de R\$ 48,1 milhões em 31 de dezembro de 2021 em comparação com um ganho de R\$ 19,2 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando uma variação de R\$ 67,2 milhões comparado ao período anterior. Os principais fatores para o aumento das outras despesas operacionais são o aumento de provisão de participação nos lucros em 2021 no montante de R\$ 13,4 milhões, atualização e constituição de provisões de contingências no montante R\$ 14,1 milhões e no ano 2020 houve o reconhecimento do crédito do prêmio IPI e ativo judicial de cédula rural que representou receita de R\$ 27,2 milhões.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido representa um montante de despesa de R\$ 59,2 milhões em 31 de dezembro de 2021, uma variação no montante de R\$ 29,2 milhões comparado ao período anterior. O principal fator para o crescimento foi o aumento dos juros em R\$ 15 milhões, decorrente de aumento das taxas de juros no Brasil e redução do ganho com variação cambial no montante de R\$ 19,2 milhões.

Imposto de renda e contribuição social

O valor do imposto de renda e contribuição social no ano de 2021 foi uma despesa de R\$ 13,2 milhões esse montante foi impactado pelo reconhecimento do crédito de indébito tributários no montante de R\$ 26,7 milhões, comparado ao mesmo período do ano anterior teve uma variação de R\$ 55,9 milhões

O valor do imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2020 foi uma receita de R\$ 43 milhões, decorrentes da exclusão dos incentivos fiscais do PRODESIN – Programa de

Desenvolvimento Integrado da base de cálculo do IR/CSLL do período além da reversão para a provisão da tributação do crédito prêmio IPI – Polo Ativo.

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício findo em 2021 foi de R\$ 216,2 milhões, na qual houve um aumento comparado com o ano anterior no montante de R\$ 88,1 milhões, já explicado pelos fatores acima.

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019

Receita líquida de vendas

A Companhia apresentou avanços em seu desempenho, com receita líquida de vendas de R\$ 1.331,8 milhões em 31 de dezembro de 2020, maior em 19,5% em comparação com R\$ 1.114,3 milhões em 31 de dezembro de 2019. Segundo a ABRAMAT, o faturamento do mercado de materiais de construção de acabamento apresentou decréscimo de 0,3% entre 2019 e o 2020, o que aponta para um ganho de *market share* da Companhia no setor. Segundo a ANFACER (Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmica para Revestimentos) o volume de vendas de revestimentos cerâmicos (em metros quadrados) cresceu 3,6% no ano quando comparado com 2019.

O mercado interno foi responsável por 79% do total da receita líquida de vendas, totalizando R\$ 1.054,7 milhões em 2020 em comparação com R\$ 910,4 milhões em 2019, um crescimento de 15,7%. A estratégia comercial no mercado interno vem mantendo resultados consistentes e progressivos, focada em um mix de produtos mais rentáveis e com modelo de negócios com maior frequência de lançamentos.

Já as exportações, responsáveis por 21% da receita, totalizaram R\$ 277,1 milhões em 2020 em comparação com R\$ 203,8 milhões em 2019, um crescimento de 35,9% em reais e 4% em dólar. Este aumento é explicado pelo volume de vendas nos EUA, com ampliação da participação dos negócios da Portobello América e efeito da desvalorização cambial.

Custo dos produtos vendidos

Em 31 de dezembro de 2020 os custos dos produtos vendidos totalizaram R\$ 871,3 milhões, sendo 81% ou R\$ 706 milhões no mercado interno e 19% ou R\$ 165 milhões do mercado externo. Já em 31 de dezembro de 2019 os custos dos produtos vendidos somaram R\$ 751,7 milhões sendo 80% ou R\$ 605 milhões no mercado interno e 20% ou R\$ 147 milhões no mercado externo. Os custos dos produtos vendidos aumentaram 16% em 31 de dezembro de 2020 em comparação com o mesmo período de 2019 principalmente em decorrência ao maior volume de produtos vendidos.

Lucro operacional bruto

O lucro operacional bruto totalizou R\$ 460,4 milhões em 31 de dezembro de 2020 em comparação com R\$ 362,6 milhões em 31 de dezembro de 2019. A margem bruta aumentou para 34,6% em 2020 em comparação com 32,5% em 2019. Dentre os fatores responsáveis pelo aumento da Margem

Bruta, destaca-se, positivamente: (i) o crescimento no volume de vendas, (ii) aumento da participação de produtos de maior valor agregado, (iii) estabilidade dos custos dos insumos energéticos, e (iv) maior diluição dos custos fixos de produção, apesar dos efeitos adversos ocasionados pela pandemia.

Despesas com vendas

Em 31 de dezembro de 2020, as despesas com vendas totalizaram R\$ 319,1 milhões, um aumento de 4,1% comparado ao valor de R\$ 306,4 milhões em 2019. Este crescimento foi em função do maior volume de vendas que está ligado diretamente a despesas variáveis, sendo na maior parte relacionadas ao negócio Portobello Shop e marketing no canal revenda (*home centers*).

Despesas gerais e administrativas

Em 31 de dezembro de 2020 as despesas gerais e administrativas aumentaram 9,9% totalizando R\$ 44,9 milhões em 2020 em comparação com R\$ 40,9 milhões em 2019. Este aumento é explicado pelas despesas com implementação da nova estrutura organizacional com foco nas Unidades de Negócios, além de fortalecimento da governança corporativa.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais, líquidas totalizaram um ganho de R\$ 19,2 milhões em 31 de dezembro de 2020 em comparação com um ganho de R\$ 59,8 milhões em 31 de dezembro de 2019. O valor de 31 de dezembro de 2020 é composto principalmente pelo reconhecimento do crédito prêmio do IPI do Polo Ativo, parcela complementar R\$ 84 milhões e uma despesa relativo a obrigação de contas a pagar com a Refinadora Catarinense S.A. de R\$ 70 milhões.

Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou uma despesa de R\$ 30,0 milhões em 31 de dezembro de 2020 em comparação com uma despesa de R\$ 75,1 milhões em 31 de dezembro de 2019. A redução está relacionada à realização de variação cambial positiva, de clientes e fornecedores, pelas variações do dólar e Euro entre momento de faturamento e recebimento.

Imposto de renda e contribuição social

O valor do imposto de renda e contribuição social foi um ganho de R\$ 42,7 milhões em 31 de dezembro de 2020, decorrentes da exclusão dos incentivos fiscais do PRODESIN – Programa de Desenvolvimento Integrado da base de cálculo do IR/CSLL do período além da reversão para a provisão da tributação do crédito prêmio IPI – Polo Ativo.

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício findo em 2020 foi de R\$ 128,2 milhões, na qual houve um aumento comparado com o ano anterior que totalizou R\$ 13,1 milhões, já explicado pelos fatores acima.

Análise das variações dos fluxos de caixa relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

A tabela a seguir apresenta os valores relativos às demonstrações dos fluxos de caixa consolidadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro				
	2021	Var. %	2020	Var. %	2019
Lucro antes dos tributos sobre o lucro das operações	216.222	-0,9%	218.242	558,0%	13.163
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	288.101	37,0%	210.270	25325,6%	827
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(114.931)	29,1%	(88.991)	-6,2%	(94.835)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(309.777)	340,3%	(70.356)	-160,3%	116.762
Não recorrentes (1)	-	0,0%	-	-100,0%	170.000

(1) Evento não recorrente referente a venda do polo ativo em setembro de 2019, no valor de R\$ 170,0 milhões.

Caixa líquido das atividades operacionais

O fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais totalizou R\$ 288,1 milhões em 2021, representando aumento em comparação ao período anterior que somou R\$ 210,3 milhões, principalmente em função da geração de EBITDA e investimento em capital de giro.

No ano, a posição de caixa da Companhia terminou em R\$ 189,7 milhões, uma redução de R\$ 136,6 milhões quando comparado ao mesmo período do ano de 2020. Esta redução se deve principalmente ao pagamento de dividendos, programa de recompra de ações e aos investimentos de Capex no período.

O fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2020 gerado nas atividades operacionais aumentou quando comparado ao mesmo período de 2019 que totalizou R\$ 210 milhões vs R\$ 0,8 milhões. A variação dos períodos anteriores está ligada à performance operacional, gestão do capital de giro, performance de vendas, e a otimização de custos e despesas.

Caixa líquido nas atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foram R\$ 114,9 milhões em 31 de dezembro de 2021 em comparação com R\$ 89,0 milhões em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 94,8 milhões em 31 de dezembro de 2019. Para 2021, os aumentos nos valores investidos no período estão relacionados ao aumento nas aquisições de imobilizado em linha com o plano de investimento realizado pela Companhia, em especial CapEx da Unidade de Negócios Portobello América, na planta de Tijucas-SC, com atualização do parque fabril para produção de produtos com maior valor agregado e formatos maiores, na planta de Marechal Deodoro-AL, para a atualização e revitalização fabril, e também para a expansão da área de vendas das lojas próprias.

Para 2020, o caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foram R\$89 milhões, em comparação com R\$95 milhões em 31 de dezembro de 2019. Os aumentos nos valores investidos

nos períodos estão relacionados ao aumento nas aquisições de imobilizado em linha com o plano de investimento realizado pela Companhia, em especial para o projeto lastras.

Caixa líquido das atividades de financiamento

O caixa líquido de investimento nas atividades de financiamento foi de R\$ 309,8 milhões em 31 de dezembro de 2021 em comparação com investimento de R\$ 70,4 milhões em 31 de dezembro de 2020 e o valor investido nas atividades de financiamento de R\$ 116,8 milhões em 31 de dezembro de 2019. As reduções nos valores gerados na variação 2021 vs. 2020, estão relacionadas ao pagamento de dividendos e recompra das ações no valor de R\$ 316,0 milhões, das captações de empréstimos e financiamentos que totalizam R\$ 513,7 milhões e das amortizações de empréstimos e financiamentos no valor de R\$ 507,5 milhões, em linha com a estratégia de alongamento do perfil da dívida.

Não recorrentes

As reduções nos valores gerados no período de 2019 estão relacionadas ao recebimento do evento não recorrente, de venda do Polo Ativo, no total de R\$170 milhões.

10.2 Os diretores devem comentar:

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia atua no segmento de revestimentos cerâmicos e é responsável pela fabricação e venda dos produtos que compõem seu portfólio, entre eles: porcelanatos, mosaicos para fachadas, peças especiais e revestimentos para paredes, mobiliários cerâmicos. Além disso, com o objetivo de gerar comodidade ao cliente, a Portobello Shop revende produtos de parceiros em louças e metais. Estes são os produtos que buscam materializar o design, a inovação e o pioneirismo da marca Portobello e suas subsidiárias no Brasil e no mundo.

As atividades da Companhia são divididas em dois segmentos operacionais, sendo eles representados por Mercado interno (Brasil) e Mercado Externo (Exportação), e as unidades de negócio. Essa segregação é feita com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Estatutária, onde é efetuada análise do negócio, segmentando-o sob a perspectiva dos mercados em que atua.

De acordo com a reestruturação organizacional, promovida a partir do final do ano de 2020, a Companhia iniciou a migração e implementação para o modelo de unidades de negócios, dividido em quatro estruturas, conforme especificado a seguir e passou a divulgar a informação por segmento incluindo mercado externo e interno e uma abordagem por unidade de negócios:

- Portobello – É a marca de design que cria e distribui produtos e serviços contemporâneos de revestimento para pessoas e empresas e que buscam a viabilização de projetos e sonhos, com originalidade e qualidade. Em 2021, a unidade de negócios Portobello representou 43,6% das receitas, com margem bruta de 44,3%, atuando nos canais exportação, revendas multimarcas e engenharia.
- Portobello Shop - Rede de varejo, especializada em revestimentos cerâmicos e complementos, que oferece uma experiência de compra diferenciada, na loja e nos ambientes digitais, para profissionais de arquitetura e seus clientes. Em 2021, a unidade de negócios Portobello Shop representou 33,1% das receitas com margem bruta de 45,5%.
- Pointer - Marca conectada, que produz e distribui revestimentos para pessoas que buscam soluções com design, qualidade e preço competitivo. Em 2021, a unidade de negócios Pointer representou 14,1% das receitas com margem bruta de 40,0%.
- Portobello America (PBA): Marca com *know how* Portobello e DNA americano, que cria, produz e distribui soluções completas e competitivas de revestimento. Em 2021, a unidade de negócios Portobello America representou 9,2% das receitas com margem bruta de 18,2%.

A composição da receita líquida de vendas (R\$ mil) e lucro bruto e resultado operacional antes do resultado financeiro nos 3 últimos anos foi a seguinte:

	2021		2020		2019	
	Rec. Líquida (R\$ mil)	% ROL	Rec. Líquida (R\$ mil)	% ROL	Rec. Líquida (R\$ mil)	% ROL
Mercado interno	1.510.218	79%	1.054.714	79%	939.218	84%
Mercado externo	401.909	21%	277.067	21%	175.051	16%
	<u>1.912.127</u>		<u>1.331.780</u>		<u>1.114.269</u>	

Em 31 de dezembro de 2021						
	Total	*Eliminações	Portobello	Pointer	Portobello Shop	PBA
Receita líquida (R\$ mil)	1.912.127	(70.333)	904.665	269.776	632.585	175.434
% ROL	<u>100,0%</u>	<u>-3,7%</u>	<u>47,3%</u>	<u>14,1%</u>	<u>33,1%</u>	<u>9,2%</u>
Em 31 de dezembro de 2020						
	Total	*Eliminações	Portobello	Pointer	Portobello Shop	PBA
Receita líquida (R\$ mil)	1.331.780	(47.328)	682.049	185.850	393.724	117.485
% ROL	<u>100,0%</u>	<u>-3,6%</u>	<u>51,2%</u>	<u>14,0%</u>	<u>29,6%</u>	<u>8,8%</u>
Em 31 de dezembro de 2019						
	Total	*Eliminações	Portobello	Pointer	Portobello Shop	PBA
Receita líquida (R\$ mil)	1.114.269	(32.262)	598.047	141.877	343.428	63.179
% ROL	<u>100,0%</u>	<u>-2,9%</u>	<u>53,7%</u>	<u>12,7%</u>	<u>30,8%</u>	<u>5,7%</u>

*Eliminações entre negócios

ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Estão descritos abaixo alguns fatores que influenciaram os resultados consolidados da Companhia nos últimos três exercícios:

A Receita Líquida no ano de 2021, totalizou R\$ 1,9 bilhão, com crescimento de 43,6% vs. 2020. No 4T21 atingiu R\$ 521,0 milhões, mantendo o patamar acima de R\$ 500 milhões, atingido no 3T21 pela primeira vez na história do Grupo. No mercado interno, a Receita Líquida cresceu, em 2021, 41,9% vs. 2020. Segundo a ABRAMAT (Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção), o faturamento do mercado de materiais de construção em 2021 apresentou crescimento nominal de 33,7% em comparação ao ano passado, o que demonstra forte crescimento das operações em comparação com o mercado interno e evolução consistente de market share.

A Receita Líquida do mercado externo, para o ano de 2021, atingiu crescimento de 50,0% vs. 2020 (47,0% em Dólares). Este crescimento ocorreu em função da expansão da distribuição e aumento do ticket médio nos Estados Unidos, aumento do volume vendido pela Unidade de Negócios Portobello América, assim como da maior atuação internacional das Unidades de Negócios Portobello e Pointer.

A Margem Bruta Ajustada e Recorrente continuou apresentando performance positiva, atingindo 43,3% no ano, com melhoria de 6,6 p.p. vs. 2020, devido principalmente aos aumentos de preços, ao melhor mix de produtos e às iniciativas de produtividade/eficiência de custos e ganhos de escala.

O EBITDA Ajustado e Recorrente atingiu R\$ 365,4 milhões em 2021, com Margem EBITDA Ajustada e Recorrente de 19,1% e incremento de 6,0 p.p. vs. 2020, em função da progressão na Margem Bruta Ajustada e Recorrente de 6,6 p.p., e da redução das Despesas Operacionais Ajustadas de 0,2 p.p. vs. 2020 na relação com a Receita Líquida, devido a ganho de escala.

Para o ano de 2020, a Receita Líquida somou R\$ 1,3 bilhão em 2020, 19,5% superior a 2019. Os resultados foram positivamente impactados tanto no mercado interno como no mercado externo. No mercado interno, a Receita Líquida cresceu expressivos 31,2% no 4T20 vs. 4T19, e 15,7% em 2020 vs. 2109, índices bem superiores ao crescimento do mercado, de 14,1% no 4T20 e de -0,3% no ano, respectivamente, segundo dados da ABRAMAT (Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção). Tal desempenho garantiu ganhos relevantes de market share, como resultado do consistente trabalho da estrutura de vendas e da qualificação do mix, especialmente em grandes formatos e diferenciação por meio da inovação. Já o mercado externo também apresentou um bom desempenho de Receita Líquida no quarto trimestre, com crescimento em dólares de 10,9% vs. 4T19 e de 4,1% no ano, em função do aumento do volume de vendas, já que a participação da distribuição, através da unidade de negócios Portobello América nos Estados Unidos, cresceu significativamente. Esse desempenho, somado à desvalorização cambial média do período da ordem de 30,5%, levou a uma expansão do mercado externo em reais de 42,1% vs. 4T19 e de 35,9% em relação a 2019.

O desempenho de vendas, aliando qualificação do mix de produtos com melhor rentabilidade, os aumentos de preços, e os ganhos de produtividade e eficiência de custos, levaram a Margem Bruta Ajustada e Recorrente a atingir 39,3% no 4T20 e 36,7% no ano, com incremento de 6,6 p.p. vs. 4T19 e 4,2 p.p. vs. 2019. A progressão da Margem Bruta combinada com a otimização de Despesas Operacionais, que reduziram 2,5 p.p. vs. 4T19 e 1,8 p.p. no ano vs. 2019, levaram o EBITDA Ajustado e Recorrente da Companhia a atingir R\$ 74,7 milhões no 4T20 e R\$ 174,5 milhões no ano, com incremento de Margem EBITDA de 8,6 p.p vs. 4T19, enquanto no ano houve aumento na Margem EBITDA de 6,3 p.p vs. 2019.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A Receita Líquida do mercado externo, para o ano de 2021, atingiu crescimento de 50,0% vs. 2020 (47,0% em Dólares). Este crescimento ocorreu em função da expansão da distribuição e aumento do ticket médio nos Estados Unidos, aumento do volume vendido pela Unidade de Negócios Portobello América, assim como da maior atuação internacional das Unidades de Negócios Portobello e Pointer.

No mercado externo, a Receita Líquida cresceu 42,1% em Reais e 10,9% em Dólares no 4T20 vs. 4T19. Este aumento é explicado pelo volume de vendas nos EUA, com ampliação da participação dos negócios da Portobello América. No ano de 2020, a Receita Líquida teve acréscimo de 35,9% em Reais e 4,1% em Dólares vs. 2019, devido ao aumento do volume de vendas da Portobello América e efeito da desvalorização cambial.

As receitas de exportações são impactadas basicamente pelas oscilações do câmbio. Em 2019, a receita diminuiu 6% em relação a 2018, devido à crise na Argentina o qual representa atualmente 20% (27% em 2018 e 26% em 2018) das exportações da Companhia com um montante representativo a R\$ 35,7 milhões (R\$ 49,5 milhões em 2018 e R\$ 46,9 milhões em 2017).

Por se tratar de uma indústria em que as tendências de design têm um grande peso, a renovação do portfólio é constante, e os esforços em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos estão diretamente atrelados à demanda constante por inovação. Neste caso, as receitas são impactadas pela introdução de novos produtos.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

No ano de 2021, a companhia atingiu uma margem bruta ajustada recorrente de 43,3%, com incremento de 6,6 p.p. vs. 2020. Este crescimento se deve principalmente aos aumentos de preços impulsionados pelas pressões de custos, aliado ao melhor mix de produtos, e as iniciativas de produtividade/eficiência de custos e ganhos de escala.

O investimento em Capital de Giro no 4T21 foi de R\$ 270,4 milhões, aumento de R\$ 75,1 milhões vs. 4T20, com aumento no volume dos negócios sendo minimizado pela redução de 10 dias no Ciclo de Conversão de Caixa, atingindo 32 dias no 4T21 vs. 42 dias no 4T20. Essa redução ocorreu em função da melhoria na gestão da carteira de recebíveis e das iniciativas de alongamento de prazos de fornecedores.

A Companhia encerrou o ano de 2021 com endividamento líquido de R\$ 576,9 milhões com relação entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado e Recorrente de 1,6 vezes. A redução da alavancagem de 0,7 vezes em comparação ao 2020 ocorreu em função do aumento consistente do EBITDA Ajustado e Recorrente combinado com a melhoria no Ciclo de Conversão de Caixa

No decorrer dos anos, a Companhia vem sendo impactada pelos aumentos no custo dos insumos energéticos, o que vem gerando reduções nas margens brutas, compensadas no último exercício pelo repasse de preços e melhora no mix de produção e vendas. A Companhia concentrou os esforços na redução de custos com melhorias que proporcionam ganhos de produtividade e na expansão dos novos negócios. Segue qualificando o mix de produtos com o aumento das vendas de grandes formatos, sendo uma das principais estratégias para mitigar os aumentos dos custos.

A Companhia também tem sofrido pressões inflacionárias nos custos e insumos, principalmente para a mão de obra, que são constantemente compensados pelos esforços em busca de ganhos de produtividade, custos com transportes e custos de insumos decorrentes dos itens importados. Para mitigar a exposição cambial dos ativos e passivos, a Companhia tem adotado como estratégia manter a exposição cambial passiva em valores aproximados ao equivalente a um ano de suas exportações.

Também visando manter a rentabilidade, para proteção da receita em dólar, a companhia adotou a aplicação do *Hedge Accounting*, classificados como *hedge* de fluxo de caixa, a partir de julho de 2021, com instrumentos eleitos para proteger receitas futuras, conforme nota explicativa 7 b.

Atendimento às exigências contidas na Instrução CVM 480/2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Em reais					
	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Contas a receber	60.407	42.935	55.350	123.330	60.211	62.464
Conta corrente	4.516	1.502	241	21.717	21.912	241
Créditos com controladas	111.796	45.308	90.338	-	-	-
Provisão para perdas em investimentos	-	-	(57.643)	-	-	-
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	(16.717)	(15.332)	(18.539)	(34.111)	(37.845)	(21.135)
Contas a pagar, de investimentos	(23.980)	(45.210)	(16.976)	(41.590)	(45.210)	(16.976)
Passivo de arrendamento	-	-	-	-	(4.734)	(4.736)
Empréstimos e financiamentos	(21.280)	(49.123)	(51.813)	(21.280)	(49.123)	(51.813)
(-) Operação Swap	3.790	14.117	16.433	3.790	14.117	16.433
Passivos líquidos expostos	118.532	(5.803)	17.391	51.856	(40.672)	(15.522)

		Em moeda estrangeira					
		Controladora			Consolidado		
		31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Contas a receber	euro	264	197	283	264	197	317
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	euro	(5.214)	(8.083)	(6.499)	(5.214)	(8.083)	(541)
		(4.950)	(7.886)	(6.216)	(4.950)	(7.886)	(224)
Contas a receber	dolar	10.526	8.020	13.373	21.801	11.344	60
Conta corrente	dolar	809	288	60	3.892	4.215	15.138
Créditos com controladas	dolar	20.033	8.718	22.413	-	-	-
Provisão para perdas em investimentos	dolar	-	-	(14.301)	-	-	-
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	dolar	(1.389)	(1.730)	(1.504)	(7.662)	(6.062)	(3.333)
Obrigações de arrendamento	dolar	-	-	-	-	(911)	-
Empréstimos e financiamentos	dolar	(3.134)	(6.736)	(8.788)	(3.134)	(6.736)	(8.778)
(-) Operação Swap	dolar	-	-	-	-	-	-
		26.845	8.560	(1.264)	14.897	1.850	3.087

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

A Administração definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva, esta que efetua sua análise do negócio segmentando-o sob a perspectiva dos mercados em que atua: Doméstico (Mercado Interno - Brasil) e Exportação (Mercado Externo - Outros Países).

De acordo com a definição da Administração, atualmente a Companhia está estruturada em quatro segmentos estratégicos, formados pelas unidades de negócios denominadas Portobello, Portobello Shop (PBShop), Pointer e Portobello América (PBA).

A Portobello detém a operação industrial dos produtos marca Portobello em Tijucas e atende os mercados “B2B” (business-to-business service), revenda multimarca, construtoras, grandes projetos, exportação e demais negócios do grupo. A Portobello Shop (PBShop) atua como franqueadora do Grupo, desenvolvendo o varejo da marca através da rede de lojas próprias e franquias. A Pointer detém a operação industrial dos produtos marca Pointer em Alagoas, com atuação regional no mercado do nordeste, norte e exportação. A Portobello America (PBA) representa a marca nos Estados Unidos, principal mercado na estratégia de internacionalização da Companhia.

A receita gerada pelos segmentos operacionais reportados é oriunda, exclusivamente, da fabricação e comercialização de revestimentos cerâmicos utilizados no setor de construção civil.

A Diretoria Executiva avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na mensuração do resultado operacional bruto.

As informações por segmento de negócio, revisadas pela Diretoria Executiva, são as seguintes:

Em R\$ mil

	Em 31 de dezembro de 2021			Em 31 de dezembro de 2020		
	Brasil	Outros Países	Total	Brasil	Outros Países	Total
Operações continuadas						
Receita	1.510.218	401.909	1.912.127	1.054.714	277.066	1.331.780
Custo dos produtos vendidos	(811.996)	(273.043)	(1.085.039)	(706.422)	(164.917)	(871.339)
Lucro operacional bruto	698.222	128.866	827.088	348.292	112.149	460.441

Em relação ao mercado externo, a Companhia exporta para mais de 60 países.

A partir de 2020, além da abertura de segmento operacional entre doméstico e exportação para análise, a Companhia passa também a demonstrar o resultado por unidade de negócio, da seguinte forma:

Em R\$ mil

	Em 31 de dezembro de 2020					
	Total	*Eliminações	Portobello	Pointer	Portobello Shop	PBA
Operações continuadas						
Receita líquida	1.331.780	(47.328)	682.049	185.850	393.724	117.485
Custo dos produtos vendidos	(871.338)	21.375	(429.292)	(128.610)	(245.885)	(88.926)
Lucro operacional bruto	460.442	(25.953)	252.757	57.240	147.839	28.559
*Eliminações entre negócios						
	Em 31 de dezembro de 2021					
	Total	*Eliminações	Portobello	Pointer	Portobello Shop	PBA
Operações continuadas						
Receita líquida	1.912.127	(70.333)	904.665	269.776	632.585	175.434
Custo dos produtos vendidos	(1.085.039)	68.555	(503.685)	(161.792)	(344.669)	(143.448)
Lucro operacional bruto	827.088	(1.778)	400.980	107.984	287.916	31.986
*Eliminações entre negócios						

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não se aplica.

c) Eventos ou operações não usuais

Em março de 2020, por decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o processo, por envolver unicamente a Companhia e Banco do Brasil S.A. e revendo decisão anterior do STJ, determinou que o processo, por competência em razão da matéria, deverá tramitar na Justiça Estadual, numa das Varas Cíveis da Cidade de Tijucas/SC. O valor do crédito executado é de R\$ 14.346 mil, o qual se encontra em conformidade com a decisão proferida no RESP Nº 1.319.232 – DF (Sociedade Rural Brasileira Rural x Banco Central do Brasil – BACEN e Outros). Em 24 de março de 2021, o Superior Tribunal de Justiça revogou o efeito suspensivo que havia concedido nos autos e, a partir da referida decisão, os cumprimentos individuais de sentença voltaram a prosseguir normalmente. Diante da decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região que reconheceu a incompetência federal, a controlada PBTech, manejou o cumprimento individual sentença no âmbito da Justiça Estadual e aguarda provimento jurisdicional acerca do recurso manejado pela controlada PBTech em face da

decisão que determinou a intimação do Executado (Banco do Brasil) para pagar voluntariamente ou apresentar impugnação, haja vista que Executado deixou transcorrer o prazo no cumprimento de sentença que tramitou perante a Justiça Federal. O valor do crédito executado de R\$ 18.786 mil, foi atualizado em dezembro de 2021. Em Janeiro de 2022, a Justiça Estadual proferiu decisão em que rejeitou a impugnação apresentada pelo Banco do Brasil. Na mesma decisão, tendo em vista o decurso de prazo para o pagamento voluntário, o Juízo acolheu o pedido formulado pela PBTech para determinar o bloqueio de ativos financeiros do Banco do Brasil, valor bloqueado foi objeto de pedido de levantamento em favor da PBTech, mediante a apresentação de seguro garantia.

A Companhia impetrou mandado de segurança em 12 de dezembro de 2018, objetivando afastar a tributação de IRPJ e CSLL sobre a taxa Selic aplicáveis em indébitos tributários recuperados nas vias judiciais e administrativas ou depósitos judiciais, que atualmente se encontram pendentes de julgamento pelo Tribunal Regional Federal 4ª Região. Adicionalmente solicitou o reconhecimento do direito de retroagir 5 (cinco) anos desde o ajuizamento da ação até o trânsito em julgado. Em setembro de 2021 o Supremo Tribunal Federal julgou o Recurso Extraordinário 1.063.187, com rito de Repercussão Geral, a inconstitucionalidade da tributação de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre a taxa SELIC recebida pelos contribuintes em razão de indébito tributário. Com este cenário, e conforme determina o IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, dada a probabilidade de êxito da ação, a Companhia registrou a sua melhor estimativa até o presente momento no valor de R\$ 26.686, do montante R\$ 9.728 representam IRPJ e CSLL correntes e R\$: 16.958 representam IRPJ e CSLL diferidos. De acordo com a avaliação da Companhia, o registro foi efetuado no grupo de ativos judiciais por entender que ainda não tem disponibilidade de recuperar o tributo por não ter ocorrido o trânsito em julgado da ação.

10.4 Os diretores devem comentar:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

IFRS 16 – CPC 06 (R2) Arrendamentos

Não ocorreram mudanças significativas em 2021 e 2020. Em 2019, houve a Implementação do CPC 06 (R2) / IFRS 16 que alterou o modelo de contabilização ao exigir dos arrendatários o reconhecimento dos passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos de direito de uso.

Os passivos de arrendamento correspondem aos fluxos de pagamentos futuros ajustados a valor presente, descontados por taxa de juros incrementais de empréstimos, e os ativos de direitos de uso são apresentados ao custo amortizado. Antes de sua adoção, os arrendamentos eram classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário, e todos os demais arrendamentos eram classificados pela Companhia como “operacional”.

ICPC 22 / IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

O ICPC 22 / IFRIC 23 foi aprovado em 21 de dezembro de 2018 e vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. Ele esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incertezas no tratamento de tributos sobre o lucro, ou seja, há dúvidas sobre aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do IAS 12/CPC 32.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

IFRS 16 – CPC 06 (R2) Arrendamentos

O principal impacto nas demonstrações financeiras consolidadas foi em 1º de janeiro de 2019, com a implementação da mudança na contabilização, que está relacionado às operações com arrendamento dos centros de distribuição, as lojas próprias e veículos, com valor estimado de R\$ 4,8 milhões.

ICPC 22 / IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A Companhia entende como fato relevante e impacto nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 conforme detalhado em nota explicativa número 15 letra “d”, a decisão do Colegiado do STF sobre a inconstitucionalidade da tributação do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro sobre a taxa Selic recebida pelos contribuintes em razão do indébito tributário.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas mencionadas no parecer do auditor.

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

l) principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

1 Consolidações

1.1 Demonstrações Financeiras consolidadas

a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais da metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto, que são atualmente exercidos ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que cessa o controle.

O percentual de participação da Companhia nas empresas controladas em 31 de dezembro de 2021 é:

	País de constituição	Participação direta	Participação indireta
Portobello America Inc.	Estados Unidos	100,00%	0,00%
Portobello America Manufacturing	Estados Unidos	0,00%	100,00%
PBTech Ltda	Brasil	99,94%	0,06%
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	0,00%
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	0,00%
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	Brasil	98,85%	1,15%

As operações entre a Companhia e suas controladas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados para fins de preparação das Demonstrações Financeiras consolidadas.

As políticas contábeis das empresas controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

b) Transações e participações das não controladoras

A Companhia e suas controladas tratam as transações com participações não controladoras da mesma forma que as transações com proprietários de ativos classificados como partes relacionadas. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações em não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.

1.2 Demonstrações Financeiras individuais

Nas Demonstrações Financeiras individuais, as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de

saldos dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

Na utilização do método de equivalência patrimonial, a parcela do resultado das controladas destinada a dividendos é reconhecida como dividendos a receber no ativo circulante. Portanto, o valor do investimento está demonstrado líquido do dividendo proposto pela controlada. Desta forma, não há reconhecimento de receita de dividendos.

2 Apresentação de informações por segmento de negócio

As informações por segmentos de negócio são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido pela Diretoria Executiva, que é responsável pela avaliação de desempenho dos segmentos de negócio e pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e suas controladas.

3. Conversão de moeda estrangeira

a) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para Reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes aos ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como resultado financeiro, conforme apresentado na nota explicativa nº 34, exceto quando diferidas no patrimônio líquido como operações de hedge de fluxo de caixa qualificados.

b) Empresas controladas

Os ativos e passivos em moeda estrangeira (Dólar dos Estados Unidos e Euro) registrados por controlada, sediada no exterior, foram convertidos para reais pela taxa de câmbio no fechamento do balanço e o resultado foi convertido pelas taxas de câmbio médias mensais. A variação cambial sobre o investimento no exterior foi registrada como ajuste acumulado de conversão no patrimônio líquido sob a rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial".

4.1 Ativos Financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são mensurados, no reconhecimento inicial, ao valor justo. Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outras contas a receber, dividendos a receber, crédito com controladas, depósitos judiciais em garantia e recebíveis da Eletrobrás.

b) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros da Companhia são classificados de acordo com o modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e nas características dos fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros, conforme segue:

(i) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Representam ativos adquiridos para fins de realização no curto prazo, mantidos dentro do modelo de negócios, cujo objetivo seja receber fluxos de caixa contratuais, e nas situações em que os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Após o reconhecimento inicial, são mensurados utilizando-se o custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. A receita de juros, a correção monetária e a variação cambial, deduzidas as perdas por desvalorização, conforme o caso, são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

(ii) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Representam ativos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais quanto a venda de ativos financeiros; e os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

(iii) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Representam os demais ativos financeiros que não são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. As taxas de juros, a variação monetária, a variação cambial e as variações derivadas da avaliação pelo valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridas

(iv) Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (conforme o caso, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa; a Companhia e suas controladas transferem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assumem uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu, nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle.

Quando a Companhia e suas controladas cedem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa de um ativo ou celebram acordo de repasse, sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferido o controle do ativo, o ativo é mantido e reconhece um passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados de forma que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia e suas controladas.

(v) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia adotou o método da perda esperada e a mensuração com base em toda a vida dos ativos financeiros. É utilizada a abordagem simplificada para os grupos de ativos financeiros, que considera a análise do crédito, o histórico de movimentações e perdas. Indicadores externos não foram considerados, pois são capturados no período de avaliação de perda histórica.

O valor de perda é mensurado com base na expectativa de não recebimento da carteira, que é obtida através dos valores de perda histórica por faixa de atraso desde o reconhecimento inicial do recebível. A média de perda histórica de doze meses é aplicada conforme comportamento histórico recente, e assim atribui-se um percentual de risco de crédito. O percentual de risco de crédito é aplicado a cada faixa de vencimento sob o valor total dos contratos. O produto entre os percentuais de perda esperada e os montantes de faixa de vencimento resultam no montante de perda esperada que é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Se, em período subsequente, o valor da perda por não recuperação se reduzir e a redução puder ser associada objetivamente a um evento ocorrido após o reconhecimento da provisão (tal como uma melhora da classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por desvalorização reconhecida anteriormente é reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Se uma baixa for recuperada posteriormente, a recuperação é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

4.2 Passivos financeiros

(i) Reconhecimento Inicial e Mensuração

Passivos financeiros são classificados no reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou ao custo amortizado. Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado para a emissão de títulos e dívidas. Esses custos são apropriados ao resultado do período do financiamento, como complemento do custo de captação, ajustando assim a taxa de juros efetiva da operação. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, fornecedores cessão de crédito, contas a pagar por aquisição de investimento e empréstimos e financiamentos.

(ii) Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

(iii) Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de suas operações e utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como contratos de derivativos de *swaps* de juros e contrato a termo de moeda sem a entrega física “Non-Deliverable Forward” para proteger-se dos riscos de taxas de câmbio e de taxas de juros.

Instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como *hedge accounting*, de acordo com as normas IFRS 9/CPC 48. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados como de curto e longo prazo ou segregados em parcela de curto prazo ou de longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados, e conforme as características atreladas deste contrato, a companhia apresenta de forma líquida esse contrato de derivativo com o da operação original.

(vi) Hedge de fluxo de caixa

A Companhia adotou a aplicação de *hedge accounting* a partir de 29 de julho de 2021, os instrumentos eleitos para designação foram as vendas em dólar para o exercício de 2021 e 2022 que foram classificadas como *hedge* de fluxo de caixa de transações esperadas altamente prováveis (vendas futuras)

Para a utilização do *hedge accounting*, foram realizados testes prospectivos de eficácia que demonstraram que os instrumentos designados para *hedge* proporcionam uma compensação altamente eficaz aos efeitos de variações de preços sobre o valor das vendas futuras.

As variações no valor justo dos derivativos designados como *hedge* efetivo de fluxo de caixa tem seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido na rubrica de Ajuste de avaliação patrimonial, e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício na rubrica de Resultado financeiro. Os valores acumulados no patrimônio líquido são realizados na demonstração do resultado nos exercícios em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado, cujos efeitos são apropriados ao resultado, na rubrica de Receita líquida de vendas, de modo a minimizar as variações do objeto do *hedge* (nota explicativa nº 7).

4.3 .Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em processo compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de produção relacionados (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

4.4. Tributos a recuperar

Abrange créditos fiscais alocados no ativo circulante e no não circulante, conforme a expectativa de realização apurada pela Companhia, Nos casos em que a origem do crédito tributário envolve processo judicial, o registro do ativo é suportado pelas sentenças favoráveis à Companhia, que

considera praticamente certa a realização de tais créditos, conforme disposto na nota explicativa nº 10.

4.5. Despesas antecipadas

As despesas antecipadas são aquelas incorridas antes do evento que gerará benefícios futuros à Companhia e referem-se aos gastos com seguros e licenças, após a realização do evento, sofrem redução mensal do valor em parcelas, através de apropriação. Tal apropriação de despesas deve ser feita no resultado do período a que corresponderem, mediante controles auxiliares, com as informações relativas aos valores pagos e às parcelas a serem apropriadas.

4.6. Depósitos judiciais

Os saldos dos depósitos judiciais estão atualizados monetariamente pela taxa de poupança e apresentados como ativos não circulantes

4.7 Depósitos em garantia

Trata-se de ressarcimento pela aquisição de créditos fiscais da Refinadora Catarinense S.A. que foram utilizados pela Companhia na liquidação de tributos federais e posteriormente acabaram não sendo validados por parte da Fazenda Nacional. A Companhia optou por efetuar o registro no ativo não circulante pois não há uma data definida para sua realização, conforme discorre a nota explicativa nº 12.

4.8 Recebíveis da Eletrobrás

O reconhecimento dos recebíveis da Eletrobrás embasa-se na opinião dos consultores jurídicos da Companhia e está suportado pelo trânsito em julgado da ação, que se encontra atualmente em liquidação de sentença. Os valores já foram apurados pelo setor de Contadoria da Justiça Federal, observados os contornos e balizamentos da sentença condenatória.

4.9 Ativos Judiciais

Os ativos judiciais referem-se a créditos tributários, para os quais a Companhia possui processos judiciais cuja entrada de benefícios econômicos é considerada praticamente certa, conforme a nota explicativa nº 15.

4.10 Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecida no resultado do exercício como receita ou despesa operacional conforme o resultado apurado. No caso da variação cambial de investimento na controlada Portobello América Inc., as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registrados ao resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda.

A provisão para perdas em investimentos é constituída quando ocorrem perdas de investimentos em controladas e estas perdas excedem o limite do valor contábil do investimento. A Companhia classifica a provisão no passivo não circulante, sob a rubrica "Provisão para perdas em investimentos" e a contrapartida da provisão é registrada no resultado, na rubrica "Resultado da

equivalência patrimonial". Outros investimentos estão reconhecidos pelo custo histórico e ajustado pela provisão para *impairment*, caso exista algum indicador de perda (nota explicativa nº 17).

4.11 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo, deduzido da depreciação acumulada. A contrapartida das reavaliações é registrada em conta própria do patrimônio líquido e em conta de tributos diferidos no passivo não circulante. Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados para resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme taxa de depreciação (nota explicativa nº 18).

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

4.12 Intangível

O intangível refere-se ao registro dos direitos que tem por objeto bens incorpóreos, como marcas e patentes, gastos de implantação do sistema de gestão e softwares, direitos de exploração de jazidas de minérios, fundo de comércio. São apresentados pelo custo incorrido na aquisição ou formação e, posteriormente, deduzidos da amortização ou exaustão acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Assim são demonstrados ao custo de aquisição, combinada com as taxas anuais de amortização ou exaustão, mencionadas na nota explicativa nº 19, calculadas pelo método linear, levando em consideração a vida útil definida para o ativo.

A Companhia e suas controladas determinaram a vida útil das marcas, patentes e fundo de comércio como indefinida. Com base em uma análise de todos os fatores relevantes, verificou-se que estes ativos não apresentaram limites previsíveis em relação ao período durante o qual se espera que os mesmos gerem fluxos de entrada de caixa líquidos para as entidades.

4.13 Arrendamentos (CPC 06 (IFRS 16))

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos

de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16, por meio do CPC 06 (R2) substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

Dos contratos que abrangem o escopo da norma, a Administração da Companhia considerou como componente do arrendamento dos veículos, aluguel de centros de distribuição, aluguel de lojas próprias, estocagem e homogeneização dos minérios extraídos das minas e equipamentos.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber;
- pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- o preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção; e
- pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no contrato. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

O Grupo está exposto a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivo de arrendamento recebidos;
- incentivos de arrendamento recebidos;
- quaisquer custos diretos iniciais; e
- custos de restauração.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do Arrendamento pelo método linear, dos dois o menor.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI, e pequenos itens de mobiliário de escritório.

4.14 *Impairment* de ativos não financeiros, (exceto estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos)

Os ativos que estão sujeitos à depreciação, amortização e exaustão são revisados para a verificação de *impairment* anualmente e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

4.15 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. A Companhia classifica os fornecedores como operacionais e investimento para aquisição de ativo imobilizado.

4.16 Cessão de crédito com fornecedores

A Companhia realiza operações de cessão de crédito de fornecedores com instituições financeiras, com o objetivo de dispor aos seus fornecedores parceiros, linhas de créditos mais atrativas visando à manutenção do relacionamento comercial. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o Banco, que, por sua vez, passará a ser credor da operação.

4.17 Empréstimos, financiamentos e debêntures

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*).

São classificados como passivo circulante, a menos que a Controladora e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o fim do exercício.

4.18 Adiantamento de clientes

Ocorre quando a Companhia recebe um adiantamento de cliente por conta do fornecimento futuro de bens e serviços, antes mesmo da entrega do produto ou serviço solicitado pelo cliente e da geração da nota fiscal. O maior saldo encontra-se no consolidado e provém das lojas próprias, devido à característica da operação.

4.19 Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

As provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação e são avaliadas individualmente pelos consultores jurídicos e legais da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo em função de atualização monetária é reconhecido como despesa financeira.

Os riscos fiscais classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em seu montante nas Demonstrações Financeiras, bem como os classificados como perdas remotas não são provisionados, nem divulgados.

Os ativos fiscais não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Companhia julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

4.20 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda (25%) e da contribuição social (9%) sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável. Os tributos diferidos são consumidos à medida em que as diferenças temporárias ativas e passivas sejam realizadas e também pela compensação do prejuízo fiscal, conforme nota explicativa nº 14.

Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias ativas, assim como, os débitos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de reavaliação de ativo imobilizado e diferenças temporárias passivas.

O registro desses créditos fundamentou-se pela expectativa futura de geração de lucros tributáveis, com base em estimativas preparadas pela Companhia, realizadas a partir de projeções efetuadas

pela Administração, considerando cenários econômicos, taxas de desconto e demais variáveis que podem não se realizar.

4.21 Interpretação de IFRS emitida pelo IASB – ICPC 22 / IFRIC 23 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A Companhia revisou os tratamentos dados aos impostos incidentes sobre o lucro e a contribuição social, com o objetivo de determinar o impacto nas demonstrações financeiras da controladora e consolidado, conforme determina o IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro.

A Companhia considerou os principais tratamentos de apuração de imposto de renda e de contribuição social e aplicou a interpretação desta norma.

A Companhia entende como fato relevante e impacto nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 conforme detalhado em nota explicativa número 15 letra “d”, a decisão do Colegiado do STF sobre a inconstitucionalidade da tributação do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro sobre a taxa Selic recebida pelos contribuintes em razão do indébito tributário.

4.22 Benefícios a empregados

a) Plano de previdência privada

A Companhia patrocina plano de benefício com característica de contribuição definida, porém oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade (componentes de benefício definido). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definido. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente das obrigações de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de serviços passados não reconhecidos. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são registrados como outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido sob a rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação aos planos de contribuição definidos, a Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas e as contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos dos serviços correntes futuros estiver disponível.

b) Plano de participação nos resultados

O reconhecimento dessa participação é realizado pró-rata no passivo circulante, sob a rubrica "Outros" e na demonstração do resultado sob a rubrica "Outras despesas operacionais". Seu cálculo baseia-se como ponto de partida o lucro.

4.23 Capital social

O capital social da Companhia está representado exclusivamente por ações ordinárias e estão classificadas no patrimônio líquido conforme nota explicativa nº 29.1.

4.24 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio transita pela demonstração de resultado do exercício.

4.25 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas e é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre a Companhia e suas controladas.

A receita de venda é reconhecida quando o controle é transferido, ou seja, no momento da entrega física dos bens ou serviços e transferência de propriedade. Após a entrega os clientes assumem os riscos e benefícios significativos decorrentes da propriedade dos bens (tem o poder para decidir sobre o método de distribuição e o preço de venda, responsabilidade pela revenda e assume os riscos de obsolescência e perda com relação às mercadorias). Nesse momento é reconhecido um recebível pois é quando o direito à contraprestação se torna incondicional.

a) Venda de produtos - atacado

A Companhia produz e vende uma variedade de revestimentos cerâmicos no mercado atacado. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre quando a Companhia transfere o controle, ou seja, efetua a entrega dos produtos para o atacadista, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo atacadista. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido

embarcados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o atacadista; (iii) o atacadista tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

Os revestimentos cerâmicos são eventualmente vendidos com descontos por volume. Os clientes têm o direito de devolver produtos com defeitos no mercado atacadista. As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda. As vendas são realizadas com prazo de pagamento variado de acordo com o tipo de cliente (*Home Centers*, Construtoras, Lojas Franqueadas), que não têm caráter de financiamento e são consistentes com a prática do mercado; portanto, essas vendas não são descontadas ao valor presente.

Nas vendas de produtos por atacado, nos grandes *Home Centers* existe a espécie de abatimento comercial ou *rebate* que surgiu como um desconto especial atrelado ao atingimento de volume de vendas por um certo período de tempo; é a concessão de descontos sempre após a compra, ou seja, de modo retroativo, equivalente a um pagamento feito pelo vendedor ao comprador e não a um abatimento, propriamente dito, no valor final da compra.

b) Receita de franquias

A receita de franquia (royalties) é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis nas controladas.

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização.

d) Despesas financeiras

As despesas financeiras compreendem despesas de juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos, variação monetária nas contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores, atualização de parcelamento de impostos e descontos concedidos a clientes. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

II) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

1) Estimativas

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

a) Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências,

constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

b) Provisões para perdas nos estoques

A provisão para potenciais perdas de estoque é constituída quando, com base no histórico e troca de coleções, itens são definidos como descontinuados, possuírem baixo giro ou quando os valores dos itens de estoque estiverem a um custo superior ao valor realizável líquido.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos fiscais diferidos são baseados em diferenças temporárias e prejuízos fiscais entre os valores contábeis nas Demonstrações Financeiras e a base fiscal. Se a Companhia e suas controladas operarem com prejuízo ou não forem capazes de gerar lucro tributável futuro suficiente, ou se houver uma mudança material nas atuais taxas de imposto ou período de tempo no qual as diferenças temporárias subjacentes se tornem tributáveis ou dedutíveis, seria necessária uma reversão de parte significativa de nosso ativo fiscal diferido, podendo resultar em um aumento na taxa efetiva de imposto.

d) Tratamentos fiscais incertos e contingências relacionadas

A Companhia mantém discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil, relacionadas a tratamentos incertos adotados na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido (IRPJ e CSLL), cuja análise atual de prognóstico, com base em avaliação interna e externa dos assessores jurídicos, é de que as posições fiscais adotadas em discussão serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância (probabilidade de aceite superior a 50%). Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pela Companhia, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários.

e) Plano de previdência privada

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A taxa de desconto apropriada é determinada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a administração considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos. Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, nas condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na nota explicativa nº 30.

2) Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade

a) Recebíveis da Eletrobrás

O reconhecimento dos recebíveis da Eletrobrás embasa-se na opinião dos consultores jurídicos da Companhia e está suportado pelo trânsito em julgado da ação, que se encontra atualmente em liquidação de sentença. Os valores já foram apurados pelo setor de Contadoria da Justiça Federal, observados os contornos da sentença condenatória e os balizamentos observados pelo juiz da causa.

b) Benefícios fiscais de ICMS

A Companhia possui incentivo fiscal de ICMS denominado PRODEC - Programa de desenvolvimento da empresa Catarinense - concedido pelo governo estadual de Santa Catarina. O Supremo Tribunal Federal – STF proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados. Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Companhia vem acompanhando, juntamente com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas Demonstrações Financeiras.

No estado de Alagoas, a Companhia possui incentivo fiscal denominado PRODESIN – Programa de Desenvolvimento Integrado. Os benefícios fiscais do PRODESIN consistem em diferimento do ICMS incidente sobre os bens adquiridos no país e no exterior destinados ao ativo fixo; diferimento do ICMS incidente sobre a matéria-prima adquirida no país ou no exterior; crédito presumido de 92% (cinquenta por cento) do ICMS relativo aos produtos da filial localizada no estado; diferimento para 360 (trezentos e sessenta) dias do ICMS a ser recolhido; financiamento de parte do ICMS devido ao estado em até 84 (oitenta e quatro) parcelas mensais com carência de 24 (vinte e quatro) meses para o pagamento da primeira parcela.

c) Auto de infração

Em 2014 e 2016, a Companhia foi notificada da lavratura de Autos de Infração que constituíram créditos tributários de IRPJ e CSLL (bem como, penalidades pecuniárias e juros), referentes aos anos calendário de 2009 a 2013. A Companhia apresentou defesa e o processo administrativo encontra-se aguardando julgamento dos Recursos Especiais.

Em abril de 2021, a Companhia foi notificada da lavratura de Autos de infração, pela Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina, relativo a ICMS, com os seguintes pontos: i) apropriação de crédito de imposto não permitido pela legislação tributária, relativo ao estorno do DIFAL recolhido conforme a Emenda Constitucional nº 87/2015 em operações interestaduais de saída de mercadorias destinadas a empresas de construção civil e ii) apropriação de crédito de imposto não permitido pela legislação tributária, relativo a operações de aquisição de mercadorias de empresas optantes pelo Simples Nacional, cujo destinação não é a industrialização ou comercialização. Foram apresentados recursos ordinários e aguardam julgamento pelo Tribunal Administrativo Tributário do Estado de Santa Catarina. A classificação de risco desta autuação é remota.

d) Ativos Fiscais

As estimativas e as premissas contábeis nos ativos fiscais na Companhia são relevantes e as informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos

significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas e seus julgamentos:

- Ativos judiciais (nota explicativa nº 15) - Os julgamentos críticos utilizados pela Companhia para o registro do ativo tributário é quando o processo não cabe mais recurso e quando sua realização é praticamente certa, então deixa de ser um ativo contingente e o seu reconhecimento passa a ser devido.
- Ativo contingente (nota explicativa nº 16) - A Companhia adota a não contabilização deste ativo, uma vez que pode se tratar de um ativo que nunca venha a ser realizado, cujo ganho, apesar de provável, ainda não seja praticamente certo. A posição da Companhia está alinhada com as práticas contábeis, que indicam que o ativo contingente somente deve ser divulgado em nota explicativa.

e) Determinação do prazo de arrendamento

Ao determinar o prazo do arrendamento, a Administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido).

Para arrendamentos de galpões, lojas de varejo e equipamentos, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes:

Se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo de que a Companhia irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão). Se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo de que irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento.

Adicionalmente, a Companhia considera outros fatores, incluindo as práticas passadas referentes aos períodos de utilização de tipos específicos de ativos (arrendados ou próprios) e de duração de arrendamentos, e os custos e a disrupção nos negócios necessários para a substituição do ativo arrendado.

10.6 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Conforme mencionado no item 10.4 a Companhia adotou o IFRS 16/CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva com o efeito cumulativo, reconhecida na data da aplicação inicial. Dessa forma, certos contratos de arrendamento operacional que não eram reconhecidos no balanço, passaram a ser classificados como arrendamento sob a nova norma contábil e foram reconhecidos no balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía 50 contratos de locação de arrendamento para suas unidades comerciais (43 em 31 de dezembro de 2020), sendo 29 contratos classificados como arrendamento mercantil e sem opção de compra para as suas unidades comerciais e logísticas, e 21

contratos de arrendamento mercantil com opção de compra destinados aos veículos para os administradores da Companhia, os quais referem-se a arrendamentos para os quais existe opção de compra ao final, assemelhando-se a uma operação de financiamento.

Os arrendamentos mercantis sem opção de compra ao final do contrato, são compostos pelos aluguéis das lojas próprias, centros de distribuição e do terreno para armazenamento, estocagem e homogeneização dos minérios extraídos das minas e equipamentos. Os Contratos de arrendamento mercantil com opção de compra ao final do contrato são compostos pelos aluguéis dos veículos utilizados pelos administradores da Companhia.

O valor do passivo de arrendamento representa o valor presente dos pagamentos futuros de arrendamentos descontados a taxa média de juros de financiamento na Companhia. A Companhia determina o prazo do arrendamento e a localização física para fins Logísticos e pontos comerciais estratégicos. Os ativos de arrendamento mercantil estão detalhados a seguir e representam o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, mais quaisquer pagamentos efetuados até a data de início, menos incentivos, mais custo de desmontagem e remoção e seu valor residual no final do contrato, quando aplicável. Os prazos dos contratos de direito de uso variam entre 2 a 7 anos a depender do contrato, e possui um contrato com o prazo de 20 anos.

A Companhia adotou essa nova divulgação dos seus arrendamentos, visando maior clareza sobre a natureza dos contratos de arrendamento.

Conforme mencionado anteriormente os contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação, em sua maioria, possuem prazos de duração de cinco a sete anos com a opção de renovação após essa data. A Companhia adota, como taxa de desconto, o custo médio ponderado das operações de financiamento, referente ao mês vigente da adoção dos novos contratos de arrendamento.

ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável.

iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os gastos contratados na data do balanço, mas ainda não incorridos referente ao Imobilizado somam o montante de R\$ 9,3 milhões correspondentes a modernização dos equipamentos fabris, de acordo com o plano de investimentos da Companhia.

iv) Contratos de construção não terminada

Não aplicável.

v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

No final de 2020, mais uma linha de crédito para exportação – Nexport Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) foi aprovada e estava à disposição da Companhia, no valor de R\$ 16 milhões, este que foi desembolsado por completo em fevereiro de 2021.

Considerando a totalidade dos contratos firmados pela Companhia em anos anteriores até o final de 2020, cujo montante foi de R\$ 1.335 milhões, 94% (R\$ 1.261 milhões) havia sido desembolsado até 31 de dezembro de 2020, restando um limite a desembolsar de R\$ 73 milhões (6%), do qual R\$ 16 milhões foram desembolsados em fevereiro de 2021, R\$ 8.7 milhões em agosto de 2021 e R\$ 34.2 milhões em dezembro de 2021.

Considerando a totalidade dos contratos firmados pela Companhia em anos anteriores até o final de 2021, cujo montante foi de R\$ 1.151 milhões, haviam sido desembolsado R\$ 1.136 milhões (98%) até 31 de dezembro de 2021, restando um limite a desembolsar de R\$ 14 milhões (2%), ainda não desembolsados em 2022.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem ativos e passivos detidos que não constam nos demonstrativos financeiros.

10.7 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não existem outros itens relevantes que não tenham sido apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

b) Natureza e o propósito da operação

Não existem outros itens relevantes que não tenham sido apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não existem outros itens relevantes que não tenham sido apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

10.8 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) Investimentos, incluindo:

i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Abaixo descreveremos os investimentos realizados pela Companhia durante o ano de 2021:

A Companhia realizou investimentos no montante aproximado de R\$ 114,9 milhões no ano. Esses montantes tiveram destinações específicas as quais detalhamos a seguir:

- Início construção fábrica da Portobello América;
- Ampliação da capacidade da planta de Tijucas (SC);
- Ampliação da capacidade da planta de Marechal Deodoro (AL);

- Expansão do varejo e transformação digital para a Portobello.

Os gastos contratados na data do balanço, mas ainda não incorridos referente ao Imobilizado, somam o montante de R\$ 9,2 milhões correspondentes a modernização dos equipamentos fabris, de acordo com o plano de investimentos da Companhia.

Para o ano de 2022, bem como ocorreu em 2021, os maiores investimentos da companhia serão na Unidade Portobello América, com a compra de equipamentos para instalação da nova fábrica, em construção, com um parceiro, com posteriormente fará um arrendamento, conforme descrito no item iii), b, deste mesmo capítulo.

Para a Unidade Portobello Shop, os investimentos serão direcionados para expansão no varejo, com aquisição de novas lojas e continuidade da transformação digital. Na Unidade Portobello, os maiores investimentos serão destinados para a finalização do Projeto Lastras, com compras e instalação de equipamentos para beneficiamento dos produtos de grandes formatos, além de investimentos para manutenção e ampliação de capacidade produtiva desta unidade fabril, e unidade fabril da Unidade Pointer.

Conforme o orçamento de capital para constituição da Reserva de Lucros para Expansão, a ser aprovado na Assembleia Geral Ordinária em 28 de abril de 2022, foram destinados os seguintes montantes, conforme previsto no artigo 196 da lei nº 6.404/76, para o plano de investimentos de 2022:

Plano de Investimentos	
Aplicações	280.000
Investimentos 2022	280.000

O plano de investimentos de CapEx de 2022 está estimado pela Companhia na magnitude de R\$ 280 milhões, dos quais por volta de 40% serão destinados a aquisição de equipamentos e infraestrutura para fábrica da Unidade de Negócios Portobello América, por volta de 25% para os projetos estratégicos relacionados ao crescimento do varejo no Brasil e fortalecimento das iniciativas digitais da Unidade de Negócios Portobello Shop, e por volta de 35% para os investimentos em atualização tecnológica e ampliação das plantas industriais das Unidades de Negócios Portobello e Pointer.

ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos serão financiados pela estrutura de capital corrente da Companhia, ponderando capital próprio e de terceiros. A contratação de capital de terceiros utiliza-se, preferencialmente, de linhas de longo prazo, considerando as condições de mercado do momento.

Dentre as fontes de financiamento da Companhia, podemos destacar que a mesma se utiliza dos recursos provenientes do FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste; Nota de Crédito à Exportação – NCE; FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos; Capital de Giro Pré-Fixado e Pós-fixado; e ACC - Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio.

Fontes	280.000
Retenção de lucros	145.257
Outras fontes	134.743

iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há previsão de desinvestimentos relevantes.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

A Companhia realizou a aquisição do terreno para a construção da fábrica nos Estados Unidos da América na cidade de Baxter, estado do Tennessee, bem como recebeu pacote de incentivos para que a Companhia venha instalar, uma operação de distribuição e produção neste local. O projeto da nova unidade, aprovado pelo Conselho de Administração no 3T21, iniciou as obras da nova planta no 4T21 e, deve entrar em operação no início de 2023 com um investimento de USD 160 milhões, sendo aproximadamente 50% financiado com operação de BtS (*Built to Suit*), e aproximadamente 50% através de recursos próprios para compra de equipamentos com financiamento de longo prazo de fornecedores.

Conforme comunicado divulgado em 21 de março de 2022, a Portobello e Oak Street, uma Divisão da Blue Owl Capital (“Oak Street”) e Avison Young’s Capital Markets Group (“Avison Young”) anunciaram a assinatura de contrato para financiamento na modalidade Built to Suit (“BtS”), para nova planta de 90 mil metros quadrados em Baxter, TN para a Portobello América. A Oak Street financiará a construção e comprará a unidade no valor de USD 90 milhões, e então firmará contrato de aluguel com a Portobello América. A Companhia utilizará a planta para produção de revestimentos cerâmicos, assim como sede das suas operações nos Estados Unidos.

A companhia estima que a unidade irá criar mais de 200 empregos locais e gerar USD 150 milhões em receita anualmente, assim que a capacidade total seja atingida, o que é esperado para ocorrer até 2026. A Portobello América adquiriu o terreno e procurou capital para construção da planta industrial. A construção começou no final do ano passado e inclui a linha de produção, depósito e prédio de escritórios, o qual também abrigará a sede corporativa e um showroom.

A Oak Street comprou a propriedade e está financiando a construção da unidade. Portobello assinará contrato de aluguel de 20 anos assim que a construção estiver completa, o que é esperado para o final de 2022.

O local do Projeto, com 370 mil metros quadrados (em torno de 92 acres) está localizada no lado sul da rodovia Interstate 40 dentro dos limites da cidade de Baxter, TN., cerca de 110 quilômetros (70 milhas) a leste de Nashville. Fica no condado de Putnam, considerado um pólo nacional na fabricação de revestimentos cerâmicos, devido aos vastos suprimentos naturais de argila e feldspato. A unidade contará com as tecnologias “verdes” mais modernas disponíveis atualmente para reduzir o consumo de eletricidade, gás natural e água.

c) Novos produtos e serviços, indicando:

i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Companhia conta com ciclo de inovação formado por grupo multidisciplinar de profissionais que além das pesquisas, interage com os principais intérpretes do mercado, realiza clínicas de produto e coordena viagens de estudo para os principais eventos do segmento.

Um item voltado às pesquisas que continua merecendo destaque está ligado ao Projeto Lastras, este projeto foi um passo importante na evolução da Companhia e faz parte da estratégia que visa oferecer soluções completas aos clientes, inclusive substituindo a utilização de mármore natural por porcelanato esmaltado com peças de grandes dimensões.

ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A Companhia realizou investimentos de R\$ 42 milhões, com destaque para a adequação da sua capacidade produtiva, no parque fabril de Tijuca, otimizando e concluindo as primeiras etapas das novas linhas de produção de porcelanato esmaltado, que faz parte do Projeto Lastras.

iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não se aplica

c) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

O montante total gasto está descrito acima, no item ii.

10.09 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não se aplica.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO DO EXERCÍCIO

(ART. 9º DA ICVM 481/2009)

1. Informar o Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido da Companhia foi de R\$ 216.172.496,50 (duzentos e dezesseis milhões, cento e setenta e dois mil, quatrocentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos) em 31 de dezembro de 2021.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprios já declarados.

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido ajustado. Além disso, o Acordo de Acionistas celebrado em 27 de abril de 2021, prevê distribuição mínima de 50% do lucro líquido (conforme ajustado nos termos da lei) do exercício social em questão, observada a existência de caixa disponível na Companhia para efetuar o pagamento dos dividendos em montante superior ao dividendo mínimo obrigatório (i.e., 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido).

A Administração em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada dia 28 de abril de 2022 irá propor a distribuição de 50% (cinquenta por cento) do lucro apurado no exercício de 2021, já deduzido da constituição de reservas, no valor total de dividendos a distribuir de R\$ 102.681.935,44 (cento e dois milhões seiscentos e oitenta e um mil novecentos e trinta e cinco reais e quarenta e quatro centavos) que descontadas as antecipações de dividendos pagos pela Companhia no valor de R\$ 18.322.929,21 (dezoito milhões trezentos e vinte e dois mil novecentos e vinte e nove reais e vinte e um centavos), sendo R\$ 0,1298 por ação ordinária, e R\$ 80.870.077,80 (oitenta milhões, oitocentos e setenta mil, setenta e sete reais e oitenta centavos) sendo R\$ 0,5736 por ação ordinária, ambos pagos, respectivamente em 15 de setembro de 2021 e 30 de novembro de 2021, implicará no valor residual de dividendos a distribuir de R\$ 3.488.928,43 (três milhões quatrocentos e oitenta e oito mil novecentos e vinte e oito reais e quarenta e três centavos) sendo R\$ 0,0247 por ação ordinária, pago sob a forma de dividendos na data de 05 de abril de 2022.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O montante total distribuído corresponderá a 50% do lucro líquido.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não se aplica.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não se aplica. Todos os dividendos do exercício 2021 foram antecipados e pagos conforme informado no item 2 deste capítulo.

b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não se aplica. Todos os dividendos do exercício 2021 foram antecipados e pagos conforme informado no item 2 deste capítulo.

c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não se aplica. Todos os dividendos do exercício 2021 foram antecipados e pagos conforme informado no item 2 deste capítulo.

d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não se aplica. Todos os dividendos do exercício 2021 foram antecipados e pagos conforme informado no item 2 deste capítulo.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Houve pagamento de proventos aos acionistas no valor de R\$ 18.322.929,21 (dezoito milhões trezentos e vinte e dois mil novecentos e vinte e nove reais e vinte e um centavos), sendo R\$ 0,1298 por ação ordinária e R\$ 80.870.077,80 (oitenta milhões, oitocentos e setenta mil, setenta e sete reais e oitenta centavos), sendo R\$ 0,5736 por ação ordinária.

b) Informar a data dos respectivos pagamentos

Os pagamentos dos dividendos ao longo do ano 2021, ocorreram nos dias 15 de setembro de 2021 e 30 de novembro de 2021.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

i) Lucro (prejuízo) do exercício por ação – R\$

2021	2020	2019
1,46436	0,82544	0,08283

ii) Lucro (prejuízo) do exercício por lote de mil ações – R\$

2021	2020	2019
216,2	128,2	13,1

b) Dividendos e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Em 2021, será aprovado em Assembleia Geral Ordinária em 28 de abril de 2022, a destinação de 50% do lucro sob forma de dividendos no valor de R\$ 102.681.935,44, que descontadas as antecipações de dividendos pagos pela Companhia no valor de R\$ 18.322.929,21 (R\$ 0,1298 por

ação ordinária), e R\$ 80.870.077,80 (R\$ 0,5736 por ação ordinária), ambos pagos, respectivamente em 15 de setembro de 2021 e 30 de novembro de 2021, implicará no valor residual de dividendos a distribuir de R\$ 3.488.928,43 (R\$ 0,02474647 por ação ordinária), pago sob a forma de dividendos.

Em 2020 houve a destinação total de R\$ 60.894.485,45 correspondente a R\$ 0,41066962 por ação ordinária, distribuído os seguintes valores, data e forma:

- R\$ 17.278.543,15 reais (R\$ 0,11181398 por ação ordinária) pagos em 9 de fevereiro de 2021 sob a forma de dividendos;
- R\$ 26.619.862,38 reais (R\$ 0,18043731 por ação ordinária) pagos em 13 de maio de 2021 sob a forma de dividendos;
- R\$ 16.996.079,92 reais (R\$ 0,11520446 por ação ordinária) pagos em 13 de maio de 2021 sob a forma de juros sob capital próprio;

Em 2019 houve destinação de dividendos no valor de R\$ 6.236.068,00 correspondente a R\$ 0,03979820 por ação ordinária pagos em 20 de novembro de 2020.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a) Identificar o montante destinado à reserva legal

O montante destinado a reserva legal foi de R\$ 10.808.624,78.

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Conforme o artigo 193 da Lei 6.404/76 foi aplicado 5% (cinco por cento) sobre o lucro líquido do exercício.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não se aplica.

b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

c)

Não se aplica.

d) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não se aplica.

e) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não se aplica.

f) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não se aplica.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Conforme o artigo 37 do estatuto social da Companhia:

Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. Os lucros líquidos apurados serão destinados sucessivamente e nesta ordem, da seguinte forma:

- i) 5% serão aplicados antes de qualquer destinação, na constituição da reserva legal que não excederá 20% do capital social.
- ii) Uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de Reservas para Contingências na forma prevista no artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações.
- iii) Uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.
- iv) A parcela correspondente a no mínimo 25% do lucro líquido, calculado sobre o saldo obtido com as deduções e acréscimos previstos no artigo 202, II e III da Lei das Sociedades por Ações, será distribuída aos acionistas como dividendos obrigatórios.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente

Foram pagos, de forma integral, os dividendos mínimos obrigatórios. O valor retido foi de R\$ 51.340.967,72 (cinquenta e um milhões, trezentos e quarenta mil, novecentos e sessenta e sete reais e setenta e dois centavos).

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a) Informar o montante da retenção

Não se aplica.

b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não se aplica.

c) Justificar a retenção dos dividendos

Não se aplica.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a) Identificar o montante destinado a reserva

Não se aplica.

b) Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não se aplica.

c) Explicar porque a perda foi considerada provável

Não se aplica.

d) Justificar a constituição da reserva

Não se aplica.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a) Informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar

Não se aplica.

b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não se aplica.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não se aplica, dado que não serão constituídas reservas estatutárias.

b) Identificar o montante destinado a reserva

Não se aplica.

c) Descrever como o montante foi calculado

Não se aplica.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a) Identificar o montante da retenção

Não se aplica.

b) Fornecer cópia do orçamento de capital

Não se aplica.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a) Informar o montante destinado à reserva

No ano de 2021 foi destinado R\$ 30.634 mil para a rubrica Reserva para Incentivos Fiscais.

b) Explicar a natureza da destinação

Referem-se as subvenções governamentais de incentivos fiscais de ICMS referente ao Prodesin (Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas), ao Tratamento tributário Diferenciado de Santa Catarina (TTD), o Simples Nacional e o Lucro da Exploração.

ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO

Item 12 do Formulário de Referência (Instrução CVM nº 480/2009)

Candidatos indicados pelos acionistas controladores

12.6 Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar em forma de tabela:

Nome	Idade	Orgão administrativo	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo a ocupar	Data da Posse	Indicado pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Maro Marcos Hadlich Filho 442.839.119-68	60 Advogado e Contador	Conselho Fiscal Membro Efetivo	28/04/2022 28/04/2022	1 ano Sim
Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.				
Maria Amalia Trevisol Muller 683.167.129-20	57 Contadora	Conselho Fiscal Membro Suplente	28/04/2022 28/04/2022	1 ano Sim
Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.				
Jorge Muller 518.027.679-91	58 Contador	Conselho Fiscal Membro Efetivo	28/04/2022 28/04/2022	1 ano Sim
Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.				
Haroldo Pabst 131.643.339-00	80 Advogado	Conselho Fiscal Membro Suplente	28/04/2022 28/04/2022	1 ano Sim
Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.				
Carlos Eduardo Zoppello Brennand 029.598.008-77	60 Aeronauta	Conselho Fiscal Membro Efetivo	28/04/2022 28/04/2022	1 ano Sim
Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.				
Eduardo Czernay Gutierrez 003.623.319-60	42 Administrador	Conselho Fiscal Membro Suplente	28/04/2022 28/04/2022	1 ano Sim
Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.				
César Gomes Júnior 305.583.019-91	65 Administrador	Conselho de Administração Presidente C.A.	28/04/2022 28/04/2022	2 anos Sim
Pertence ao Conselho de Administração				
Cláudio Avila da Silva 179.169.099-87	69 Administrador	Conselho de Administração Vice- presidente C. A.	28/04/2022 28/04/2022	2 anos Sim
Pertence ao Conselho de Administração				
Nilton Torres de Bastos Filho 217.335.658-50	45 Engenheiro	Conselho de Administração Membro Efetivo	28/04/2022 28/04/2022	2 anos Sim
Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.				
Geraldo Luciano Matos Jr 144.388.523-15	59 Administrador	Conselho de Administração Membro Efetivo (independente)	28/04/2022 28/04/2022	2 anos Sim
Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.				
Glauco José Côrte 003.467.999-53	79 Advogado	Conselho de Administração Membro Efetivo (independente)	28/04/2022 28/04/2022	2 anos Sim
Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.				
Walter Roberto de Oliveira Longo 563.390.748-00	71 Administrador	Conselho de Administração Membro Efetivo (independente)	28/04/2022 28/04/2022	2 anos Sim
Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.				
Marcos Gouvea de Souza 223.160.948-72	73 Economista	Conselho de Administração Membro Efetivo (independente)	28/04/2022 28/04/2022	2 anos Sim
Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.				
Mauro do Valle Pereira 376.466.139-91	63 Administrador	Diretoria Diretor Presidente		2 anos
Ronei Gomes 691.383.119-68	51 Contador	Diretoria Diretor Vice Presidente de Finanças e de Relações com Investidores		2 anos
Edson Luiz Mees Stringari 400.164.129-15	61 Advogado	Diretoria Diretor Vice Presidente Jurídico e Compliance		2 anos

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Experiência profissional / Critérios de Independência
Mauro do Valle Pereira - 376.466.139-91
Formado em Administração de Empresas pela ESAG - Escola Superior de Administração e Gerência, com especialização em Administração de Recursos Humanos. Toda sua experiência profissional foi desenvolvida no Portobello Grupo, com início em 1978, atuando em diversas áreas, entre elas as Diretorias de Exportação, Operações e Comercial.
O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Mauro do Valle Pereira declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.
Ronei Gomes - 691.383.119-68
Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Catarina e possui MBA em Finanças pela Fordham University de Nova Iorque (EUA). Atuou na Reckitt Benckiser como Diretor Regional de Finanças e CFO América Latina Higiene & Cuidados com a Casa. Possui passagem de 17 anos na Kraft Foods/Mondelez, desempenhando posições de liderança, tais como Diretor Financeiro Sênior e CFO América Latina Chocolate & Refeições, Diretor Financeiro Sênior e CFO Brasil, Diretor de Supply Chain Brasil, Diretor Financeiro e CFO Andino, Diretor Financeiro/CFO e Relações com Investidores Peru. Foi membro do Conselho Consultivo da Universidade Unigranrio e Conselheiro de Administração da K&S Alimentos, JV entre Kraft Foods e BRF. Atualmente é membro do Conselho Consultivo da Assetz Expert Recruitment.
O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Ronei Gomes declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.
Edson Luiz Mees Stringari - 400.164.129-15
Advogado graduado pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Possui MBA e Mestrado pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Foi Chefe de departamento Jurídico da Eletrosul Centrais Elétricas S.A., consultor jurídico do Ministério de Minas e Energia. Na PBG S.A. já foi Gerente e Diretor Jurídico e atualmente é Diretor Vice-Presidente Jurídico.
O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Edson Luiz Mees Stringari declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.
César Gomes Júnior - 305.583.019-91
Administrador de Empresas graduado pela Escola Superior de Administração e Gerência - ESAG/UDESC. Na sua experiência, se incluem as seguintes posições: Diretor Presidente da Usati Administração de Bens e Participações Societárias Ltda, Vice-Presidente do Conselho de Administração da Refinadora Catarinense S.A., Sócio Gerente da Mineração Portobello Ltda., Presidente do Conselho de Administração da Portobello America, Inc. É também membro do Conselho Consultivo do CIESC – Centro das Indústrias do Estado de Santa Catarina e atualmente é o Presidente do Conselho de Administração da PBG S.A.

<p>O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. César Gomes Júnior declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.</p>
<p>Cláudio Avila da Silva - 179.169.099-87</p>
<p>Administrador de Empresas graduado pela Escola Superior de Administração e Gerência – ESAG/UDESC. Foi Deputado Estadual de Santa Catarina, Prefeito Municipal de Florianópolis, Deputado Federal por Santa Catarina, Assessor do Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos – OEA, Secretário de Estado de Tecnologia, Turismo, Energia e Meio Ambiente de Santa Catarina, Presidente da Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A – Eletrosul e Presidente da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás. Atualmente é Vice-Presidente do Conselho de Administração da PBG S.A.</p>
<p>O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Cláudio Avila da Silva declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.</p>
<p>Geraldo Luciano Matos Jr - 144.388.523-15</p>
<p>Possui graduação em Administração de Empresas pela Universidade Estadual do Ceará e Direito pela Universidade de Fortaleza, além disso, possui Mestrado em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/Coppead. Sua experiência inclui as seguintes posições: Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria e Diretor de Relações com Investidores de M. Dias Branco (até novembro de 2019), membro do Conselho de Administração da Hapvida Participações, Portobello e Assaí Atacadista.</p>
<p>O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Geraldo Luciano Matos Jr declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.</p>
<p>Glauco José Côrte - 003.467.999-53</p>
<p>Formado em Direito com Especialização em Direito Público Interno pela Universidade Federal de Santa Catarina, Administração Pública pelo Instituto de Administração da Fundação Getúlio Vargas (FGV) do Rio de Janeiro e também realizou treinamentos na American Graduate School of International Institute for Management Development (Arizona, EUA) e IMD (Lausanne, Suíça). Os principais cargos exercidos incluem Vice-Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI (2014 em curso, até outubro de 2023). Membro dos Conselhos de Administração da PBG S.A. e Multilog S.A. Membro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações. Membro do Board of Trustees – Fraunhofer Project for Advanced Manufacturing, desde março de 2018 até o momento. Presidente do Conselho Temático da Indústria de Defesa e Segurança da CNI (2019 até o momento). Líder do Projeto de Implantação do Compliance e Integridade da CNI e das entidades nacionais relacionadas (SESI/SENAI/IEL), assim como Presidente do Comitê de Ética destas entidades.</p>
<p>O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Glauco José Côrte declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.</p>

Marcos Gouvea de Souza - 223.160.948-72
Possui graduação e extensão em Administração de Empresas na Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e na Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). É fundador e Diretor Geral da Gouvêa Ecosystem, Presidente do Lide Comércio, membro dos Conselhos do Instituto para o Desenvolvimento do Varejo (IDV), do Instituto Foodservice Brasil (IFB) e do Ebeltoft Group, aliança global de consultorias especializadas em varejo em 25 países. É também membro do FIRA - Forum of International Retail Associations. Membro no Conselho de Administração das empresas PBG e BFFC desde 2019 (a BFCC controla as marcas Bobs, KFC e Pizza Hut). Sócio e membro ativo do Conselho da Gouvêa Ecosystem, Bittencourt, Primetour, Primetravel e mais 14 empresas que compõem o Ecossistema.
O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Marcos Gouvea de Souza declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.
Nilton Torres de Bastos Filho - 217.335.658-50
Possui graduação em Engenharia Mecânica pela Escola Politécnica da USP e MBA pela Stern School of Business – NYU. Atuou como consultor, tendo trabalhado em projetos relacionados a estratégia e operações para Editora Abril, Editora Attica Scipione, Klabin, Latam Airlines, entre outras. Foi Diretor Industrial e Comercial da PBG S.A., CEO da Lubrasil Lubrificantes Ltda e Banker na Turim MFO.
O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Nilton Torres de Bastos Filho declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.
Walter Roberto de Oliveira Longo - 563.390.748-00
Administrador de Empresas pela PUC – Pontifícia Universidade Católica – São Paulo, com Pós-Graduação em Business pela USC – University of Southern California e Especialização Digital pela Cambridge University. Foi Presidente do Grupo Abril de 2016 a 2018, Sócio-Diretor da Unimark Comunicação de 1999 até a presente data, Membro do Conselho de Administração da Portobello e SulAmérica desde 2019, Membro do Conselho Consultivo da Cacau Show e Sabemi desde 2019 e da Wibx – Ecossistema Digital, desde 2021, Membro do Comitê Digital do Hospital Israelita Albert Einstein desde 2019.
O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Walter Roberto de Oliveira Longo declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.
Maro Marcos Hadlich Filho - 442.839.119-68
Advogado, formado pela Faculdade de Ciências Jurídicas da Universidade Regional de Blumenau – FURB, e Contador, formado pela Faculdade de Ciências Contábeis da mesma universidade. É pós-graduado em Direito Tributário (FURB), em Direito Empresarial (INPG) e em Direito Comercial (FURB). É professor de Direito Tributário da FURB desde 1987, atuando nos cursos de graduação e pós-graduação. Foi professor de Direito Tributário da Escola Superior de Magistratura de Santa Catarina. É membro da Câmara de Assuntos Legislativos e Tributários da Federação das Indústrias de Santa Catarina – FIESC, tendo exercido a função de Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, Sub-seção de Blumenau. Atua como membro do Conselho Fiscal de sociedades anônimas abertas e fechadas.

<p>O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Maro Marcos Hadlich Filho declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.</p>
<p>Maria Amalia Trevisol Muller - 683.167.129-20</p>
<p>Contadora, graduada pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, especializada em Análises tributárias pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. Trabalhou na área de controladoria do Grupo Portobello durante 14 anos. Posteriormente, exerceu cargo de contadora da Portobello S/A durante 06 anos e atualmente é uma das contadoras da empresa Muller Contadores Associados S/S EPP.</p>
<p>A executiva declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, a Sra. Maria Amalia Trevisol Muller declara que não é considerada uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.</p>
<p>Jorge Muller - 518.027.679-91</p>
<p>Contador, graduado pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, com especialização em Finanças pela UFSC. Exerceu o cargo de Contador no Portobello Grupo durante 08 anos. Posteriormente, foi Contador da empresa Dígitro Telecomunicações Ltda, Gerente de Controladoria da Hertz Rent a Car em Santa Catarina e atualmente é sócio administrador da Muller Contadores Associados S.S. Ltda.</p>
<p>O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Jorge Muller declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.</p>
<p>Haroldo Pabst - 131.643.339-00</p>
<p>Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Livre Docente em Direito Privado pela Universidade Gama Filho (Rio de Janeiro, RJ). Professor de Direito Comercial Brasileiro na Humboldt-Universität, (Berlim, Alemanha). Foi Diretor Jurídico da Teka - Tecelagem Kuehnrich S.A. e da Associação Comercial e Industrial de Blumenau. Sócio do escritório Pabst & Hadlich Advogados Associados.</p>
<p>O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Haroldo Pabst declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.</p>
<p>Carlos Eduardo Zoppello Brennand - 029.598.008-77</p>
<p>Formado em Direito pela Faculdade Cândido Mendes do Rio de Janeiro. Possui experiência como piloto de aviação e é Conselheiro Fiscal da PBG desde 2020.</p>
<p>O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Carlos Eduardo Zoppello Brennand declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.</p>

Eduardo Czernay Gutierrez - 003.623.319-60
É formado em Administração de Empresas pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente cursando MBA em Gestão Empresarial pela FGV. É administrador de uma Holding de Participações familiar, PBG Participações, atuando nos mercados Industrial, Imobiliário e Logístico. Membro do Conselho de Administração da GTT Soluções Tecnológicas S.A. Foi representante do Bloco de Controle Familiar da Empresa PBG S.A entre os anos de 2018 e 2020. Com perfil empreendedor já desenvolveu e participou em uma série de empreendimentos nas áreas de entretenimento, alimentação, comércio, esporte e tecnologia.
O executivo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Eduardo Czernay Gutierrez declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

12.8 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Não se aplica, dado que a Companhia não dispõe de comitês conforme citado no enunciado acima.

12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<i>Administrador do emissor ou controlada:</i>				
César Gomes Júnior	305.583.019-91	PBG S/A	83.475.913/0001-91	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
<i>Presidente do Conselho de Administração</i>				
Pessoa relacionada:				
César Gomes Neto	006.211.549-97	PBG S/A	83.475.913/0001-91	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
<i>Acionista membro do grupo de controle</i>				
Gabriela Richter Gomes	007.489.389-07	PBG S/A	83.475.913/0001-91	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
<i>Acionista membro do grupo de controle</i>				
Eleonora Ramos Gomes	013.808.518-82	PBG S/A	83.475.913/0001-91	Imão ou Imã (1º grau por consanguinidade)
<i>Acionista membro do grupo de controle</i>				
Valerio Gomes Neto	245.328.949-72	PBG S/A	83.475.913/0001-91	Imão ou Imã (1º grau por consanguinidade)
<i>Acionista membro do grupo de controle</i>				
Eduardo Ramos Gomes	454.713.209-72	PBG S/A	83.475.913/0001-91	Imão ou Imã (1º grau por consanguinidade)
<i>Acionista membro do grupo de controle</i>				

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviços ou controles mantidos, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa	Tipo de pessoa relacionada
Exercício Social 31/12/2021			
<u>Administrador do emissor:</u>			
Gabriela Richter Gomes Acionista membro do grupo de controle	007.489.389-07	Controle	Cliente
<u>Pessoa relacionada:</u>			
Flooring Revestimentos Cerâmicos Ltda Sócia	11.561.432/0003-50		
<u>Observação</u> Franquia Portobello Shop e Locação Imóvel			
<u>Administrador do emissor:</u>			
Eleonora Ramos Gomes Acionista membro do grupo de controle	013.808.518-82	Controle	Cliente
<u>Pessoa relacionada:</u>			
Solução Cerâmica Comércio Ltda Sócia	03.796.084/0001-00		
<u>Observação</u> Franquia Portobello Shop			
<u>Administrador do emissor:</u>			
Valério Gomes Neto César Gomes Junior Eleonora Ramos Gomes Eduardo Ramos Gomes Junior ABPS Ltda. Acionistas membros do grupo de controle	245.328.949-72 305.803.019-91 013.808.518-82 454.713.209-72 03.609.424/0001-46	Controle	Fornecedor
César Bastos Gomes Membro Conselho de Administração	002.288.349-53		
<u>Pessoa relacionada:</u>			
Gomes Participações Societárias Ltda Sócios	10.723.267/0001-60		
<u>Observação</u> Locação Centro Empresarial Office Park			
<u>Administrador do emissor:</u>			
Valério Gomes Neto Acionista membro do grupo de controle	245.328.949-72	Controle	Fornecedor
<u>Pessoa relacionada:</u>			
Multilog Transportes Ltda. Sócio			
<u>Observação</u> Prestação de serviços			
<u>Administrador do emissor:</u>			
Eleonora Ramos Gomes Acionista membro do grupo de controle	013.808.518-82	Controle	Cliente
<u>Pessoa relacionada:</u>			
Riveste Comercio Ltda Sócia	43.004.526/0001-52		
<u>Observação</u> Franquia Portobello Shop			
<u>Administrador do emissor:</u>			
Daniel Gomes Vieira Acionista membro do grupo de controle	530.997.889-53	Controle	Fornecedor
<u>Pessoa relacionada:</u>			
AB Parking Sócio			
<u>Observação</u> Prestação de serviços			

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES (Artigo 12º da Instrução CVM nº 481/2009)

A Companhia propõe que a remuneração global anual dos administradores seja fixada em até R\$ 19,5 milhões (dezenove milhões, quinhentos mil reais), divididos em parte fixa e parte variável.

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES Item 13 do Formulário de Referência (Instrução CVM nº 480/2009)

13.1 Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) Objetivos da política ou prática de remuneração

A Companhia não possui uma política formalizada sobre a remuneração dos membros do Conselho de Administração, fiscal e da diretoria, o montante será definido com base nas práticas de mercado, na qual a Companhia busca remunerar adequadamente os profissionais.

- Conselho de Administração e Diretoria: a Assembleia fixa o montante global e compete ao Conselho de Administração a fixação dos honorários individuais. Os Diretores não estatutários recebem remuneração idêntica aos Diretores estatutários.
- Conselho Fiscal: a remuneração do Conselho Fiscal é definida pela Assembleia que os elegeu, de acordo com o artigo 162 da Lei nº 6.404/76.

A Companhia não possui Comitês estatutários.

b) Composição da remuneração, indicando:

i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Honorários mensais – remuneração fixa garantida e alinhada com a prática de mercado;

Plano de participação nos resultados (PPR) – remuneração variável anual, atreladas às metas de desempenho da empresa e individual, objetivando o melhor desempenho da Companhia;

ii) Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Honorários mensais – 13,33 parcelas no ano;

PPR anual – Pago em uma parcela anual, correspondendo a um target de dez vezes o valor da remuneração mensal. Para Diretores Estatutários, 50% do benefício é baseado em indicadores corporativos e o EBITDA é a métrica utilizada. O percentual restante, é baseado no indicador individual. Existem cinco indicadores individuais, cada um com peso de 20%, seguindo o desdobramento das diretrizes. Todo o programa de PPR da Companhia está atrelado a um limite de 12,5% do lucro líquido do exercício.

iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Pesquisa de remuneração e aprovação na Assembleia Geral.

iv) Razões que justificam a composição da remuneração

Estratégia da empresa, comparação e adequação ao mercado.

v) A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não se aplica.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

O indicador corporativo é o EBITDA da PBG e os indicadores individuais são: (1) Lucro Líquido; (2) EBITDA; (3) Dívida/ EBITDA, (4) Capital de Giro e (5) NPS – Net Promoter Score - Varejo, todos com a mesma importância (peso de 20% para cada indicador).

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

As práticas de remuneração se alinham com os interesses competitividade com o mercado no curto prazo e de alavancagem de resultados e retenção dos profissionais a médio e longo prazo.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Curto prazo – Competitividade com o mercado.

Médio e Longo prazo – alavanca de resultados e retenção dos profissionais.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não se aplica, dado que não há mais remuneração de administradores na controlada Portobello Shop S/A desde o exercício de 2013.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não se aplica.

h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

A remuneração individual é avaliada anualmente considerando as práticas salariais de mercado (estudo elaborado no primeiro semestre de cada ano) e a avaliação de performance do período (performance condicionada a meritocracia).

i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Não se aplica.

ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

O departamento de Recursos Humanos (“RH”) realiza uma pesquisa de mercado referente as remunerações, em seguida a AGO define o valor global para finalmente na reunião do Conselho de Administração, aprovar a remuneração de cada funcionário.

iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O departamento de RH realiza uma pesquisa de mercado referente às remunerações, em seguida a AGO define o valor global para finalmente na reunião do Conselho de Administração, aprovar a remuneração de cada funcionário. Esta remuneração é revisitada anualmente.

13.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

R\$ mil

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	2022 Total
Número de membros (1)	7	3	6	16
Número de membros remunerados	7	3	3	13
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	5.402	4.235	350	9.987
Benefícios diretos e indiretos	259	469		728
Participações e comitês				
Outros (2)				
Descrição de outras remunerações fixas	(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2017 item 10.2.13 b) e encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado. Pra 2017 o valor é o previsto para o exercício	(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2017 item 10.2.13 b) e encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.	(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2017 item 10.2.13 b) e encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado. Pra 2017 o valor é o previsto para o exercício	
Remuneração variável anual (3)				
Descrição de outras remunerações variáveis	3) Não se aplica remuneração variável anual, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.		3) Não se aplica remuneração variável anual, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.	
Benefícios pós-emprego (4)				
Benefícios pela cessação do exercício do cargo (4)				
Remuneração baseada em ações (4) incluindo opções				
Observações	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós-emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós-emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós-emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente	
Valor da remuneração	5.661	4.704	350	10.714
Total da remuneração no período				10.714

Atendimento às exigências contidas na Instrução CVM 480/2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

R\$ mil				
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	2021 Total
Número de membros (1)	7	3	6	16
Número de membros remunerados	7	3	3	13
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.501	3.529	291	8.321
Benefícios diretos e indiretos	216	391		607
Participações em comitês				
Outros (2)				
Descrição de outras remunerações fixas	(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2017 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado. Pra 2017 o valor é o previsto para o exercício	(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2017 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.	(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2017 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado. Pra 2017 o valor é o previsto para o exercício	
Remuneração variável anual (3)				
Descrição de outras remunerações variáveis	3) Não se aplica remuneração variável anual, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.		3) Não se aplica remuneração variável anual, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.	
Benefícios pós-emprego (4)				
Benefícios pela cessação do exercício do cargo (4)				
Remuneração baseada em ações (4) incluindo opções				
Observações	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós-emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós-emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós-emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente	
Valor da remuneração	4.717	3.920	291	8.928
Total da remuneração no período				8.928

Atendimento às exigências contidas na Instrução CVM 480/2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

R\$ mil				2020
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros (1)	7	3	6	16
Número de membros remunerados	7	3	3	13
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.501	3.529	291	8.321
Benefícios diretos e indiretos	216	391		607
Participações em comitês				
Outros (2)				
Descrição de outras remunerações fixas	(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2017 (item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado. Pra 2017 o valor é o previsto para o exercício	(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2017 (item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.	(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2017 (item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado. Pra 2017 o valor é o previsto para o exercício	
Remuneração variável anual (3)				
Descrição de outras remunerações variáveis	3) Não se aplica remuneração variável anual, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.		3) Não se aplica remuneração variável anual, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.	
Benefícios pós-emprego (4)				
Benefícios pela cessação do exercício do cargo (4)				
Remuneração baseada em ações (4) incluindo opções				
Observações	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós-emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós-emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós-emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente	
Valor da remuneração	4.717	3.920	291	8.928
Total da remuneração no período				8.928

R\$ mil				2019
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de membros (1)	7	4	6	17
Número de membros remunerados	7	4	3	14
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.764	4.485	259	6.508
Benefícios diretos e indiretos		1.589		1.589
Participações em comitês				
Outros (2)	352	897	51	1.300
Descrição de outras remunerações fixas	(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2017 (item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado. Pra 2017 o valor é o previsto para o exercício	(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2017 (item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.	(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2017 (item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado. Pra 2017 o valor é o previsto para o exercício	
Remuneração variável anual (3)				
Descrição de outras remunerações variáveis	3) Não se aplica remuneração variável anual, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.		3) Não se aplica remuneração variável anual, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.	
Benefícios pós-emprego (4)				
Benefícios pela cessação do exercício do cargo (4)				
Remuneração baseada em ações (4) incluindo opções				
Observações	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós-emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós-emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós-emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente	
Valor da remuneração	2.116	6.971	310	9.397
Total da remuneração no período				9.397

13.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

A Companhia possui plano de participação nos resultados com base em atingimento de percentual sobre o lucro antes dos juros e impostos orçados.

Órgão	Previsão para o Exercício Social Corrente de 2022			Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2021		
	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de membros (1)	3	7	3	3	7	3
Bônus	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Participação no resultado e incentivo de longo prazo						
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (2)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)
Valor máximo previsto no plano de remuneração (3)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)

(1) Corresponde ao número de membros a quem foi atribuída remuneração variável.

(2) Não está previsto valor mínimo para o plano de participação no resultado. Este oscila conforme o atingimento das metas orçadas.

(3) Não está previsto valor máximo para o plano de participação no resultado. Este oscila conforme o atingimento das metas orçadas.

(4) Não se aplica, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.

Órgão	Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2020			Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2019		
	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de membros (1)	3	7	3	4	7	3
Bônus	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Participação no resultado e incentivo de longo prazo						
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (2)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)
Valor máximo previsto no plano de remuneração (3)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)

(1) Corresponde ao número de membros a quem foi atribuída remuneração variável.

(2) Não está previsto valor mínimo para o plano de participação no resultado. Este oscila conforme o atingimento das metas orçadas.

(3) Não está previsto valor máximo para o plano de participação no resultado. Este oscila conforme o atingimento das metas orçadas.

(4) Não se aplica, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

Não se aplica.

13.5 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não se aplica.

13.6 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Não se aplica.

13.7 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Não se aplica.

13.8 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções:

Não se aplica.

13.9 Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

Em unidades	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2021					
	PBG S.A		Portobello Shop S/A		Mineração Portobello Ltda.	
	Ações Ordinárias	% Total	Ações Ordinárias	% Total	Quotas	% Total
Controladores	84.575.386	57,33%	100	0,03%	360	0,00%
Conselho de Administração	108.923	0,07%	100	0,03%	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Diretoria Estatutária	638.000	0,43%	200	0,05%	-	-
Total das ações	85.322.309	57,83%	400	0,11%	360	0,00%

13.10 Informações sobre os planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:

Órgão	Diretoria
Número de membros	2
Nome do plano	Portobello Prev
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	1
Condições para se aposentar antecipadamente	a) Tenha pelo menos 55 anos de idade b) Tenha pelo menos 120 meses de vínculo empregatício com uma das patrocinadoras c) Tenha cumprido a carência de 120 contribuições mensais d) Rescinda o vínculo empregatício com a Companhia patrocinadora
Valor atualizado das contribuições no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 8.161 mil
Total acumulado de contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 216 mil
Possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Sim. Em caso de perda do vínculo empregatício ou destituição.

13.11 Remuneração, nos 3 últimos exercícios sociais, do conselho de administração, da diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

A remuneração individual está representada pelas despesas anuais, reconhecidas no resultado da controladora, relativas a honorários e benefícios diretos e indiretos destinados a cada membro dos órgãos demonstrados.

Em Reais mil	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	2021	2020	2019	2021	2020	2019	2021	2020	2019
Número de membros	3	3	4	7	7	7	3	3	3
Valor da maior remuneração individual ¹	1490	1.445	1.445	286	252	240	78	87	60
Valor da menor remuneração individual ²	736	865	864	286	252	240	78	87	60
Valor médio da remuneração individual ³	1113	1.155	1.155	286	252	240	78	87	60

(1) O valor da maior remuneração anual individual foi apurado considerando os 12 meses em que o respectivo membro exerceu suas funções na Companhia.

(2) O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão de membros que exerceram menos de 12 meses na função.

(3) O valor médio da remuneração individual foi apurado de acordo com a recomendação expressa no Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2017. Nesta orienta-se que o total da remuneração do item 13.2 seja dividido pelo número de membros de cada órgão, exceto no caso de renúncia da remuneração.

13.12 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para a Companhia:

Não se aplica.

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Não se aplica. Dentro das diretrizes apresentadas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1), Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela deliberação CVM nº 642/10, não há membros do Conselho de Administração, diretoria estatutária ou Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores diretos ou indiretos.

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Não houve nos três últimos exercícios sociais valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal paga como comissões ou serviços de consultoria ou assessoria prestados.

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Nos exercícios sociais de 2019 a 2021 não foram reconhecidos valores no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal.

13.16 Outras informações relevantes:

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

PROPOSTA DE REFORMA ESTATUTÁRIA

(ART. 11º DA ICVM 481/2009)

Sempre que a assembleia geral for convocada para reformar o estatuto, a companhia deve fornecer, no mínimo, os seguintes documentos e informações:

DE – PARA: Artigo 7º: Capital social da Companhia, antes da alteração e deliberação em AGE:

DE: Artigo 7º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), dividido em 154.529.361 (cento e cinquenta e quatro milhões, quinhentos e vinte nove mil, trezentos e sessenta um) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

PARA: Em destaque de vermelho, no texto abaixo.

DE – PARA: Artigo 13º: Período de mandato do Conselho de Administração, antes da alteração e deliberação em AGE:

DE: Parágrafo 6º - O mandato dos membros do Conselho de Administração será unificado de 02 (dois) anos, salvo destituição, podendo os mesmos serem reeleitos. Os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

PARA: Em destaque de vermelho, no texto abaixo.

1 **Cópia do estatuto social contendo, em destaque, as alterações propostas; e**

PBG S.A.

NIRE 42.300.030.201
CNPJ nº 83.475.913/0001-91

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I **DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

Artigo 1º - A PBG S.A. é uma sociedade por ações, regida pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, incluindo a Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1.976 (“Lei das Sociedades por Ações”).

Artigo 2º - A Companhia tem sua sede e foro no município de Tijucas, Estado de Santa Catarina, na Rodovia BR 101, Km 163, s/nº, e poderá abrir e manter filiais, sucursais, agências, escritórios ou representantes onde for julgado conveniente pela Diretoria.

Artigo 3º - A Companhia tem por objeto social (i) a comercialização, industrialização, importação e exportação de produtos cerâmicos e porcelânicos em geral, bem como de produtos utilizados na construção civil e/ou serviços; (ii) a prestação de serviços de materiais, de processamento e transformação mecânica e química de objetos e substâncias inorgânicas ou orgânicas e cozimento de cerâmicas; (iii) o treinamento e fornecimento de mão-de-obra especializados nos serviços prestados; (iv) a prestação de serviços de reforma de edificações, atendimento e pós-venda de produtos e serviços relacionados à exploração do ramo de revestimentos cerâmicos ou correlatos; (v) a prestação de serviços de elaboração de projetos específicos e de decoração, cálculos, paginação e execução de projetos arquitetônicos, urbanísticos, de paisagismo e de reforma de edificações; (vi) a prestação de serviços de assentamento de revestimentos cerâmicos, bem como de consultoria especializada nessa área; (vii) a participação em outras sociedades, a critério do Conselho de Administração; (viii) a intermediação de negócios relacionados com o seu objeto social, inclusive a compra de mercadorias no mercado interno para o fim específico de exportação (Trading Company, Decreto Lei nº 1.248/72) e a prestação de serviços de comércio internacional na promoção, divulgação, venda e distribuição de seus produtos e serviços nos mercados nacional e internacional, por conta própria ou de terceiros; (ix) realizar a exploração e aproveitamento de jazidas minerais no território nacional; e (x) o beneficiamento, industrialização e a comercialização de minérios.

Artigo 4º - A Companhia terá prazo de duração indeterminado.

Artigo 5º - Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominada Novo Mercado, da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3 S.A.”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, Administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. (“Regulamento do Novo Mercado”).

Artigo 6º - As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízos aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.

CAPÍTULO II **DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES**

Artigo 7º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), dividido em 140.986.886 (cento e quarenta milhões, novecentos e oitenta e seis mil, oitocentos e oitenta e seis) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo 1º - O capital social da Companhia será representado exclusivamente por ações ordinárias.

Parágrafo 2º - Cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

Parágrafo 3º - Todas as ações da Companhia são escriturais e serão mantidas em conta depósito, em nome de seus titulares, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários-CVM com quem a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados.

Parágrafo 4º - A instituição depositária poderá cobrar dos acionistas o custo do serviço de transferência e averbação da propriedade das ações escriturais, assim como o custo dos serviços relativos às ações custodiadas, observados os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários-CVM.

Parágrafo 5º - Fica vedada a emissão pela Companhia de ações preferenciais ou partes beneficiárias.

Artigo 8º - A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 1.000.000.000 (um bilhão) de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá, também, estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização.

Parágrafo 1º - A Companhia poderá emitir ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado.

Parágrafo 2º - A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência ou reduzido o prazo para seu exercício, nas emissões de ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante (i) venda em bolsa ou por meio de subscrição pública, ou (ii) permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.

Artigo 9º - A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor dos administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades controladas pela Companhia, direta ou indiretamente.

CAPÍTULO II **DAS ASSEMBLEIAS GERAIS DE AÇIONISTAS**

Artigo 10º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) meses seguintes ao término de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, observadas em sua convocação, instalação e deliberação as prescrições legais pertinentes e as disposições do presente Estatuto.

Parágrafo Único - As Assembleias Gerais serão convocadas com, no mínimo, 15 (quinze) dias corridos de antecedência à convocação, e presididas pelo Presidente do Conselho de Administração, devendo, na sua ausência, ser escolhido outro entre os acionistas presentes, secretariado por um acionista ou não da Companhia.

Artigo 11º - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos dos presentes, não se computando os votos em branco.

CAPÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 12 - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, com os poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o presente Estatuto Social.

Parágrafo Único - A posse dos administradores estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Posse dos Administradores, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 53 deste Estatuto Social.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 13 - O Conselho de Administração será composto por no mínimo 05 (cinco) e no máximo 9 (nove) membros, dos quais um será o seu Presidente e outro o seu Vice-Presidente, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral determinará, pelo voto da maioria absoluta, não se computando os votos em branco, previamente à sua eleição, o número de cargos do Conselho de Administração da Companhia a serem preenchidos em cada exercício, observado o mínimo de 05 (cinco) membros.

Parágrafo 2º - O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento) de conselheiros independentes, o que for maior, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os elege, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º e artigo 239 da Lei 6.406/76. Considera-se independente o conselheiro que (i) não tiver qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação no capital social; (ii) não for Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau do Acionista Controlador, não for e não tiver sido nos últimos 03 (três) anos vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (excluem-se desta restrição pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa); (iii) não tiver sido nos últimos 3 (três) anos empregado ou diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não for fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não for funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia; (vi) não for cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; (vii) não receber outra remuneração da Companhia além da de conselheiro (excluem-se desta restrição proventos em dinheiro oriundos de eventual participação no capital).

Parágrafo 3º - Quando a aplicação do percentual definido no Parágrafo 2º acima resultar em número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento, para o número inteiro imediatamente superior.

Parágrafo 4º - Serão também considerados conselheiros independentes aqueles eleitos mediante a faculdade prevista no artigo 141, §§ 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações, na hipótese de haver acionista controlador.

Parágrafo 5º - Não poderá ser eleito para o Conselho de Administração, salvo dispensa da Assembleia, aquele que: (i) for empregado ou ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia.

Parágrafo 6º - O mandato dos membros do Conselho de Administração será unificado de 01 (um) ano, salvo destituição, podendo os mesmos serem reeleitos. Os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

Parágrafo 7º - Compete ao Presidente do Conselho de Administração, além das atribuições próprias a seu cargo e das demais atribuições previstas neste Estatuto Social, convocar, em nome do Conselho de Administração, a Assembleia Geral e, eventualmente, presidi-la.

Parágrafo 8º - Compete ao Vice-Presidente do Conselho de Administração, além das atribuições próprias do seu cargo, substituir o Presidente, nos casos de impedimento, vaga ou ausência, conforme disposto neste Estatuto Social;

Parágrafo 9º - Os cargos de presidente do Conselho de Administração e de diretor presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Artigo 14 - Os membros do Conselho de Administração tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo nos livros das Atas do Conselho de Administração, permanecendo sujeitos aos requisitos, impedimentos, deveres, obrigações e responsabilidades previstos na legislação e na regulamentação aplicável.

Artigo 15 - A remuneração global ou individual do Conselho de Administração será anualmente fixada pela Assembleia Geral.

Parágrafo Único - No caso de a Assembleia Geral fixar a remuneração global, caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a sua respectiva distribuição.

Artigo 16 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 04 (quatro) vezes por ano, e extraordinariamente, sempre que necessário.

Artigo 17 - As reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente ou por seu Vice-Presidente, mediante notificação escrita entregue com antecedência mínima de 05 (cinco) dias corridos, e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados. Em caráter de urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente sem a observância do prazo acima, desde que inequivocamente cientes todos os demais integrantes do Conselho.

Parágrafo Único - Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros por si ou sob a forma do parágrafo 2º do artigo 18 deste Estatuto.

Artigo 18 - As reuniões do Conselho de Administração somente se instalarão com a presença de, no mínimo, metade mais um de seus membros.

Parágrafo 1º - As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem ele indicar. No caso de ausência temporária do Presidente do Conselho de Administração, essas reuniões serão presididas pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por Conselheiro escolhido por maioria dos votos dos demais membros do Conselho de Administração, cabendo ao presidente da reunião indicar o secretário.

Parágrafo 2º - No caso de ausência temporária de qualquer membro do Conselho de Administração, o membro do Conselho de Administração poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito, por meio de carta ou fac-símile entregue ao Presidente do Conselho de Administração, na data da reunião, ou ainda, por correio eletrônico digitalmente certificado, com prova de recebimento pelo Presidente do Conselho de Administração.

Parágrafo 3º - Em caso de vacância do cargo de qualquer membro do Conselho de Administração, este colegiado poderá nomear o substituto, com mandato válido até a data de realização da próxima Assembleia Geral de Acionistas, seja Ordinária ou Extraordinária, ocasião em que se procederá a nova eleição para designação de novo conselheiro para cumprir o término do mandato do substituído.

Parágrafo 4º - Os membros do Conselho de Administração não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias corridos consecutivos sob pena de perda de mandato, salvo caso de licença concedida pelo próprio Conselho de Administração.

Artigo 19 - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas mediante o voto favorável da maioria dos membros em exercício, computados os votos proferidos na forma do artigo 18, parágrafo 2º deste Estatuto, sendo que, no caso de empate, caberá ao Presidente do Conselho de Administração o voto de qualidade.

Artigo 20 - As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia. Serão admitidas reuniões por meio de teleconferência ou videoconferência, admitida a gravação destas. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros do Conselho de Administração que participarem remotamente da reunião do Conselho poderão expressar seus votos, na data da reunião, por meio de carta ou fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado.

Parágrafo 1º - Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Conselheiros fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Os votos proferidos por Conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho ou que tenham se manifestado na forma do Artigo 18, parágrafo 2º deste Estatuto, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Conselheiro, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

Parágrafo 2º - Deverão ser publicadas e arquivadas no registro público de empresas mercantis as atas de reunião do Conselho de Administração da Companhia que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Parágrafo 3º - O Conselho de Administração poderá convidar, em suas reuniões, outros participantes, com a finalidade de prestar esclarecimentos de qualquer natureza, vedado a estes, entretanto, o direito de voto.

Artigo 21 - Compete ao Conselho de Administração:

- (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- (ii) aprovar os planos de negócios e orçamentos anuais, e os planos plurianuais, operacionais e de investimento da Companhia, em especial o Plano Anual de Investimentos da Companhia, nos termos do Artigo 31, Parágrafos 1º e 2º, deste Estatuto Social (o "Plano Anual de Investimentos");
- (iii) eleger e destituir a Diretoria da Companhia, fixando as atribuições dos seus membros, observadas as disposições aplicáveis deste Estatuto Social;
- (iv) convocar a Assembleia Geral nos casos previstos em lei ou quando julgar conveniente;
- (v) atribuir, do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais a cada um dos membros da administração e dos comitês de assessoramento da Companhia, conforme o disposto nos Artigos 15 e 25 deste Estatuto Social, cuja atribuição poderá ser delegada ao Diretor Presidente;
- (vi) fixar os critérios gerais de remuneração e as políticas de benefícios (benefícios indiretos, participação nos lucros e/ou nas vendas) dos administradores e dos funcionários de escalão superior (assim entendidos os gerentes ou ocupantes de cargos de gestão equivalentes) da Companhia ou de suas subsidiárias;
- (vii) atribuir aos administradores da Companhia sua parcela de participação nos lucros apurados, conforme determinado pela Assembleia Geral, nos termos do Parágrafo 1º do Artigo 37;
- (viii) fiscalizar a gestão da Diretoria, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração pela Companhia, e praticar quaisquer outros atos necessários ao exercício de suas funções;
- (ix) analisar e discutir os relatórios periódicos, de modo a identificar o grau de cumprimento das metas e objetivos fixados;
- (x) deliberar sobre os assuntos que lhe forem submetidos pela Diretoria;
- (xi) manifestar-se sobre o relatório e as contas da Diretoria, bem como sobre as demonstrações financeiras do exercício que deverão ser submetidas à Assembleia Geral Ordinária;

- (xii) propor à deliberação da Assembleia Geral a destinação a ser dada ao saldo remanescente dos lucros de cada exercício;
- (xiii) escolher e destituir auditores independentes;
- (xiv) autorizar qualquer mudança nas políticas contábeis ou de apresentação de relatórios da Companhia, exceto se exigido pelos princípios contábeis geralmente aceitos nas jurisdições em que a Companhia opera;
- (xv) deliberar, a partir de proposta formulada pela Diretoria e *ad referendum* da Assembleia Geral, os dividendos ou juros sobre capital próprio a serem pagos aos acionistas, inclusive os intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, nos termos do Artigo 37 deste Estatuto Social;
- (xvi) deliberar sobre a aquisição de ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e demais disposições legais aplicáveis;
- (xvii) submeter à Assembleia Geral propostas de aumento de capital, ou com integralização em bens, bem como de reforma do Estatuto Social;
- (xviii) aprovar a criação e extinção de subsidiária e controladas no País ou no exterior, bem como deliberar, por proposta da Diretoria, sobre a aquisição, cessão, transferência, alienação e/ou oneração, a qualquer título ou forma, de participações societárias e valores mobiliários de outras sociedades no País ou no exterior;
- (xix) deliberar, por proposta da Diretoria, sobre aprovar a alienação de bens imóveis, a prestação pela Companhia de garantia real ou fidejussória em favor de terceiros que não a própria Companhia ou subsidiária desta, bem como a concessão de garantia em favor de subsidiária da Companhia, em valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), exceto se expressamente previsto no Plano Anual de Investimentos;
- (xx) deliberar, por proposta da Diretoria, sobre contratos de empréstimos, financiamentos e demais negócios jurídicos a serem celebrados pela Companhia, quando em valor superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), exceto se expressamente previsto no Plano Anual de Investimentos;
- (xxi) deliberar sobre a emissão de ações ou de bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado, fixando suas características, podendo deixar de conceder direito de preferência aos acionistas ou reduzir o prazo para seu exercício, nos casos previstos no Artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xxii) deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, para distribuição pública ou privada, bem como dispor sobre os termos e as condições da emissão, incluindo sobre as matérias previstas nos incisos VI, VII e VIII do Artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações;

(xxiii) deliberar sobre a emissão de notas promissórias (*commercial papers*) e de outros títulos de dívida para distribuição pública ou privada no Brasil ou no exterior, bem como dispor sobre os termos e as condições da emissão;

(xxiv) realização de operações e negócios de qualquer natureza com o acionista controlador, suas sociedades controladas, coligadas ou detidas, direta ou indiretamente, nos termos da regulamentação aplicável, que não estejam previstas no Plano Anual de Investimentos aprovado, bem como qualquer operação ou negócio de qualquer natureza envolvendo qualquer administrador da Companhia;

(xxv) deliberar sobre a abertura ou encerramento de fábricas e unidades industriais, assim como escritórios, depósitos, agências e outras dependências ou estabelecimentos fora do Brasil;

(xxvi) dispor a respeito da ordem de seus trabalhos e estabelecer as normas regimentais de seu funcionamento, observadas as disposições deste Estatuto Social;

(xxvii) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenham por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo:

- a) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto de seus acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez;
- b) as repercussões da oferta pública da aquisição de ações sobre os interesses da Companhia;
- c) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia;
- d) as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; e
- e) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.

Parágrafo Único - Os valores previstos nas alíneas “xix” e “xx” deste Artigo serão reajustados anualmente, a contar de 1º de janeiro de 2014, de acordo com a variação do Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas (IGP-M/FGV) ou de outro que o substitua.

Artigo 22 - O Conselho de Administração, para seu assessoramento, poderá estabelecer a formação de Comitês técnicos e consultivos, com objetivos e funções definidos, sendo integrados por membros dos órgãos de administração da Companhia ou não.

Parágrafo Único - Caberá ao Conselho de Administração estabelecer as normas aplicáveis aos Comitês, incluindo regras sobre composição, prazo de gestão, remuneração e funcionamento.

DA DIRETORIA

Artigo 23 - A Diretoria será composta por até 5 (cinco) membros, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo obrigatórias as seguintes designações: (i) Diretor Presidente; (ii) Diretor Vice Presidente de Finanças e de Relações com Investidores,

(iii) Diretor Vice Presidente; e, (iv) Diretor. Os demais Diretores, quando eleitos, não terão designação específica.

Artigo 24 - O mandato dos membros da Diretoria será de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos. Os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

Artigo 25 - A remuneração global ou individual da Diretoria será anualmente fixada pela Assembleia Geral.

Parágrafo único - No caso de a Assembleia fixar a remuneração global, caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a respectiva distribuição, podendo ser essa atribuição delegada ao Diretor Presidente.

Artigo 26 - Os membros da Diretoria tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo no livro de Atas da Diretoria, permanecendo sujeitos aos requisitos, impedimentos, deveres, obrigações e responsabilidades previstos na legislação e na regulamentação aplicável.

Artigo 27 - Os Diretores não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias corridos consecutivos sob pena de perda de mandato, salvo caso de licença concedida pela própria Diretoria.

Artigo 28 - A Diretoria reunir-se-á ordinariamente pelo menos 01 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, sempre que assim exigirem os negócios sociais, sendo convocada pelo Diretor Presidente, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, ou por 2/3 (dois terços) dos Diretores, neste caso, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, e a reunião somente será instalada com a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo 1º - Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Diretores por si ou sob a forma do parágrafo 2º deste artigo 28.

Parágrafo 2º - No caso de ausência temporária de qualquer Diretor, este poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito, por meio de carta ou fac-símile entregue ao Diretor Presidente, ou ainda, por correio eletrônico digitalmente certificado, com prova de recebimento pelo Diretor Presidente.

Parágrafo 3º - Ocorrendo vaga na Diretoria, compete à Diretoria como colegiado indicar, dentre os seus membros, um substituto que acumulará, interinamente, as funções do substituído, perdurando a substituição interina até o provimento definitivo do cargo a ser decidido pela primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar, atuando o substituto então eleito até o término do mandato da Diretoria.

Parágrafo 4º - As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros da Diretoria que participarem remotamente da reunião da Diretoria deverão expressar seus votos por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado.

Parágrafo 5º - Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Diretores fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas da Diretoria da Companhia. Os votos proferidos por Diretores que participarem remotamente da reunião da Diretoria ou que tenham se manifestado na forma do Parágrafo 1º deste Artigo, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas da Diretoria, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Diretor ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

Artigo 29 - As deliberações nas reuniões da Diretoria serão tomadas por maioria de votos dos presentes em cada reunião, ou que tenham manifestado seu voto na forma do Artigo 28, § 2º deste Estatuto, sendo que, no caso de empate, caberá ao Diretor Presidente o voto de qualidade.

Artigo 30 - Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja por lei ou pelo presente Estatuto atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos de ordinária administração necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições do presente estatuto quanto à forma de representação e à alçada para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, incluindo resolver sobre a aplicação de recursos, transigir, renunciar, ceder direitos, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar contratos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, prestar caução, avais e fianças, emitir, endossar, caucionar, descontar, sacar e avalizar títulos em geral, assim como abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas neste Estatuto Social.

Parágrafo 1º - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação da Diretoria na execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, diligenciando para que sejam fielmente observadas as deliberações e as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração: (i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (ii) exercer a supervisão geral das competências e atribuições da Diretoria; (iii) promover estudos para melhoria da organização da Companhia; (iv) manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades da Companhia e o andamento de suas operações; (v) exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração; (vi) atribuir, quando expressamente delegado, os honorários mensais a cada um dos membros da Diretoria.

Parágrafo 2º - Compete ao Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas, representar a Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários, acionistas, investidores, bolsas de valores, Banco Central do Brasil e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais e zelar pelo cumprimento e execução das normas estatutárias e, seja em conjunto ou isoladamente, praticar os atos normais de gestão da Companhia.

Parágrafo 3º - Compete a cada um dos Diretores responder pelos assuntos correspondentes às atribuições que lhe forem fixadas pelo Conselho de Administração

Artigo 31 - Compete à Diretoria, como colegiado:

- a) cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- b) responsabilizar-se pela gestão dos negócios da Companhia, em todos os seus aspectos e pelos resultados de suas operações;
- c) submeter à apreciação do Conselho de Administração deliberação sobre a criação e extinção de subsidiárias e controladas no País ou no exterior, bem como sobre a aquisição, cessão, transferência, alienação e/ou oneração, a qualquer título ou forma, de participações societárias e valores mobiliários de outras sociedades no País ou no exterior;
- d) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior;
- e) aprovar a alienação de bens imóveis, observado no disposto no Artigo 19 deste Estatuto Social;
- f) aprovar a instalação ou encerramento de filiais, depósitos, agências, escritórios e outras dependências no País;
- g) elaborar e propor, ao Conselho de Administração, os planos de negócios, operacionais e de investimento da Companhia, em especial o Plano Anual de Investimentos da Companhia;
- h) praticar todos os atos necessários à execução do Plano Anual de Investimentos da Companhia, conforme aprovado pelo Conselho de Administração, nos termos do presente Estatuto;
- i) definir as diretrizes básicas de provimento e administração de pessoal da Companhia;
- j) elaborar o plano de organização da Companhia e emitir as normas correspondentes;
- k) aprovar a contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais;
- l) submeter ao Conselho de Administração o Manual de Organização da Companhia e respectivas propostas de atualização
- m) propor ao Conselho de Administração a criação, fixação de vencimentos e a extinção de novo cargo ou função na Diretoria da Companhia; e
- n) decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

Parágrafo 1º - A elaboração do Plano Anual de Investimentos pela Diretoria será feita anualmente durante o último trimestre do exercício social, para submissão ao Conselho de Administração até no máximo o dia 15 de dezembro de cada ano, e deverá conter, pelo menos, as seguintes informações:

(i) a orientação geral dos negócios da Companhia, contendo diretrizes, política e objetivos básicos para todas as áreas da Companhia para um período mínimo de 1 (um) ano e máximo de até 5 (cinco) anos; e

(ii) a aprovação dos planos de trabalho e orçamentos dos planos de investimento e administração da Companhia e os novos programas de expansão e limites de endividamento da Companhia.

Parágrafo 2º - Caso o Plano Anual de Investimentos não seja aprovado pelo Conselho de Administração nos termos do Artigo 21 (ii) acima, a Diretoria deverá elaborar um novo Plano Anual de Investimentos, conforme a orientação do Conselho de Administração, e enquanto tal novo Plano Anual de Investimentos não for aprovado pelo Conselho de Administração, continuarão sendo aplicáveis os montantes e limites estabelecidos no Plano Anual de Investimentos então em vigor.

Artigo 32 - A Companhia será obrigatoriamente representada por:

- a) 2 (dois) Diretores em conjunto;
- b) 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador devidamente constituído;
- c) 2 (dois) procuradores devidamente constituídos.

Parágrafo Único - As procurações serão outorgadas em nome da Companhia pela assinatura do Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão período de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano.

Artigo 33 – A representação em juízo, para fins de conciliação e depoimento pessoal, incumbe a qualquer Diretor, sendo permitida a constituição de procurador com poderes específicos para tal fim.

Parágrafo Único – Os atos relacionados com o setor de pessoal podem ser objeto de delegação expressa, nos limites fixados no documento respectivo, inclusive para representação perante a Justiça do Trabalho, na condição de preposto.

DO PRESIDENTE DE HONRA

Artigo 34 – A Companhia terá um Presidente de Honra, em caráter vitalício, nomeado pela Assembleia Geral de Acionistas, que desempenhará atividades institucionais e de promoção da Companhia junto aos que nela trabalham e à comunidade, visando ao aprimoramento da imagem da Companhia e ao cumprimento de sua função social.

Parágrafo 1º - O cargo de Presidente de Honra será extinto em caso de vacância.

Parágrafo 2º - O Presidente de Honra não será substituído em suas ausências ou impedimentos temporários.

Parágrafo 3º - Será facultado ao Presidente de Honra participar das reuniões do Conselho de Administração da Companhia, podendo manifestar-se sobre os assuntos da pauta, sem direito a

pronunciar voto deliberativo. A participação do Presidente de Honra em reunião do Conselho de Administração não será computada para efeito de quórum deliberativo.

Parágrafo 4º - O Presidente de Honra não será remunerado pelo exercício de sua atividade.

CAPÍTULO V **DO CONSELHO FISCAL**

Artigo 35 - A Companhia terá um Conselho Fiscal que funcionará em caráter permanente, composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária. O Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes conferidos por lei. O mandato dos membros do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após a sua instalação.

Parágrafo 1º - A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Posse dos Membros do Conselho Fiscal, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 53 deste Estatuto Social.

Parágrafo 2º - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal observará a regra inserta no § 3º, art. 162 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 3º - No caso de ausência temporária de qualquer membro do Conselho Fiscal, este será substituído pelo suplente.

Parágrafo 4º - Ocorrendo vaga no Conselho Fiscal, que comprometa seu regular funcionamento, será convocada Assembleia Geral Extraordinária, com o objetivo de eleger um substituto e respectivo suplente para exercer o cargo até o término do mandato do Conselho Fiscal.

Parágrafo 5º - As reuniões do Conselho Fiscal poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros do Conselho Fiscal que participarem remotamente da reunião deverão expressar e formalizar seus votos, ou pareceres por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado.

Parágrafo 6º - Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Conselheiros Fiscais fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho Fiscal da Companhia. Os votos ou pareceres manifestados pelos Conselheiros que participarem remotamente da reunião ou que tenham se manifestado na forma do parágrafo 5º *in fine* deste artigo, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho Fiscal, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto ou parecer do Conselheiro Fiscal, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

CAPÍTULO VI **DO EXERCÍCIO SOCIAL, LUCROS E DIVIDENDOS**

Artigo 36 - O exercício social terá início em 1º de janeiro e encerrar-se-á em 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na legislação aplicável.

Artigo 37 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. Os lucros líquidos apurados serão destinados sucessivamente e nesta ordem, da seguinte forma:

- a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;
- b) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de Reservas para Contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;
- c) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; e
- d) a parcela correspondente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, calculado sobre o saldo obtido com as deduções e acréscimos previstos no artigo 202, II e III da Lei das Sociedades por Ações, será distribuída aos acionistas como dividendo obrigatório.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral poderá atribuir aos administradores da Companhia uma participação nos lucros, nos termos do § 1º, do Artigo 152, da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 2º - A destinação dos lucros para constituição de reserva de retenção de lucros, nos termos do Artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, não poderá ser aprovada, em cada exercício social, em prejuízo da distribuição do dividendo obrigatório.

Artigo 38 - A Companhia poderá pagar aos seus acionistas juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

Artigo 39 - A Companhia poderá levantar balanços semestrais e/ou trimestrais, podendo com base neles declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos intermediários e intercalares ou juros sobre o capital próprio. Os dividendos intermediários e intercalares e juros sobre o capital próprio previstos neste artigo poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

Artigo 40 - Revertem em favor da Companhia os dividendos e juros sobre o capital próprio que não forem reclamados dentro do prazo de 03 (três) anos após a data em que forem colocados à disposição dos acionistas.

CAPÍTULO VII **DA RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES**

Artigo 41 - Os administradores respondem perante a Companhia e terceiros pelos atos que

praticarem no exercício de suas funções, nos termos da lei, do Regulamento do Novo Mercado e do presente Estatuto.

Artigo 42 - A Companhia, nos casos em que não tomar o pólo ativo das ações, assegurará aos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria, a defesa em processos judiciais e administrativos propostos por terceiros contra seus administradores, durante ou após os respectivos mandatos, até o final do prazo prescricional de responsabilidade desses administradores, por atos relacionados com o exercício de suas funções próprias.

Parágrafo Único - Se o membro do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, o Diretor ou o empregado for condenado, com decisão transitada em julgado, baseada em violação de lei ou do estatuto ou em decorrência de sua culpa ou dolo, este deverá ressarcir a Companhia de todos os custos, despesas e prejuízos a ela causados.

CAPÍTULO VIII

DA ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO, DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA E DA SAÍDA DO NOVO MERCADO

Artigo 43 - A alienação do controle da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos outros acionistas da Companhia, observando-se as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

Parágrafo 1º - Para fins deste Estatuto Social, os termos abaixo indicados em letras maiúsculas terão o seguinte significado:

“Acionista Adquirente” - significa qualquer pessoa (incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior), ou grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto e/ou que atue representando um mesmo interesse, que venha a subscrever e/ou adquirir ações da Companhia. Incluem-se no conceito de Acionista Adquirente qualquer pessoa (i) que seja, direta ou indiretamente, controlada ou administrada pelo Acionista Adquirente; (ii) que controle ou administre sob qualquer forma o Acionista Adquirente; (iii) que seja, direta ou indiretamente, controlada ou administrada por qualquer pessoa que controle ou administre, direta ou indiretamente, o Acionista Adquirente; (iv) na qual o controlador do Acionista Adquirente tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 30% (trinta por cento) do capital social; (v) na qual o Acionista Adquirente tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 30% (trinta por cento) do capital social; ou (vi) que tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 30% (trinta por cento) do capital social do Acionista Adquirente.

“Controle” - (bem como seus termos correlatos, “Controlador”, “Controlado”, “sob Controle Comum” ou “Poder de Controle”) significa o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades

sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida.

“Controle Difuso” – Aplicável especificamente para fins do art. 51 deste Estatuto Social, significa o Poder de Controle exercido por acionista detentor de menos de 50% (cinquenta por cento) do capital social. Significa, ainda, o Poder de Controle quando exercido por acionistas que, em conjunto, sejam detentores de percentual superior a 50% (cinquenta por cento) do capital social e que cada acionista detenha individualmente menos de 50% (cinquenta por cento) do capital social, desde que estes acionistas não sejam signatários de acordo de votos, não estejam sob controle comum e nem atuem representando um interesse comum.

“Grupo de Acionistas” - significa o grupo de duas ou mais pessoas que sejam (a) vinculadas por contratos ou acordos de qualquer natureza, inclusive acordo de acionistas, orais ou escritos, seja diretamente ou por meio de sociedades Controladas, Controladoras ou sob Controle Comum; ou (b) entre os quais haja relação de Controle, seja direta ou indiretamente; ou (c) que estejam sob Controle Comum; ou (d) que atuem representando interesse comum. Incluem-se, sem limitação, nos exemplos de pessoa representando um interesse comum (i) uma pessoa que detenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior 30% (trinta por cento) do capital social da outra pessoa; e (ii) duas pessoas que tenham um terceiro investidor em comum que detenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 30% (trinta por cento) do capital social das duas pessoas. Quaisquer *joint-ventures*, fundos ou clubes de investimento, fundações, associações, *trusts*, condomínios, cooperativas, carteiras de títulos, universalidades de direitos, ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento, constituídos no Brasil ou no exterior, serão considerados parte de um mesmo Grupo de Acionistas sempre que duas ou mais entre tais entidades; (e) forem administradas ou geridas pela mesma pessoa jurídica ou por partes relacionadas a uma mesma pessoa jurídica; ou (f) tenham em comum a maioria de seus administradores.

“Preço Justo” - significa o valor da Companhia e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo 2º - Caso a aquisição do Controle também sujeite o adquirente do Controle à obrigação de realizar a oferta pública de aquisição exigida pelo artigo 44 deste Estatuto Social, o preço de Aquisição na oferta pública de aquisição será o maior entre os preços determinados em conformidade com este artigo 43 e o artigo 44, parágrafo 2º, deste Estatuto Social.

Artigo 44 - Caso qualquer Acionista Adquirente adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 30% (trinta por cento) do total de ações de emissão da Companhia, deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 30% (trinta por cento) do total de ações de emissão da Companhia, realizar uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, inclusive quanto à necessidade ou não de registro de tal oferta pública, os regulamentos da B3 S.A. e os termos deste artigo 44, estando o Acionista Adquirente obrigado a atender as eventuais solicitações ou as exigências da CVM com base na legislação aplicável, relativas à oferta pública de aquisição, dentro dos prazos máximos estabelecidos na regulamentação aplicável.

Parágrafo 1º - A oferta pública de aquisição deverá ser (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia; (ii) efetivada em leilão a ser realizado na B3 S.A.; (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no Parágrafo 2º deste Artigo; e (iv) paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na oferta pública de aquisição de ações de emissão da Companhia.

Parágrafo 2º - O preço de aquisição na oferta pública de aquisição de cada ação de emissão da Companhia não poderá ser inferior ao maior valor entre (i) 1,2 (um inteiro e dois décimos) o Preço Justo apurado em laudo de avaliação; (ii) 120% (cento e vinte por cento) do maior preço de emissão das ações em qualquer aumento de capital realizado mediante distribuição pública ocorrido no período de 12 (doze) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da oferta pública de aquisição nos termos deste artigo 44 devidamente atualizado pelo IGPM/FGV até o momento do pagamento; (iii) 120% (cento e vinte por cento) da cotação unitária média das ações de emissão da Companhia durante o período de 90 (noventa) dias anterior à realização da oferta pública de aquisição; (iv) 120% (cento e vinte por cento) do maior valor pago pelo acionista adquirente por ações da Companhia em qualquer tipo de negociação, no período de 12 (doze) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da oferta pública; (v) valor apurado segundo critério específico determinado pela CVM (caso seja editada regulamentação específica pela CVM); (vi) o valor patrimonial constante do último balanço auditado.

Parágrafo 3º - A realização de oferta pública de aquisição mencionada no *caput* do presente artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou se for o caso, a própria Companhia, formular uma oferta pública de aquisição concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

Parágrafo 4º - No caso do Acionista Adquirente não cumprir com qualquer das obrigações impostas por este artigo, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o Acionista Adquirente não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do Acionista Adquirente que não cumpriu qualquer obrigação imposta por este artigo, de acordo com os termos do artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, sem prejuízo da responsabilidade do Acionista Adquirente por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este artigo.

Parágrafo 5º - O Acionista Adquirente que adquira ou se torne titular de outros direitos relacionados com as ações de emissão da Companhia, incluindo, sem limitação, usufruto ou fideicomisso, em quantidade igual ou superior a 30% (trinta por cento) do total de ações de emissão da Companhia estará igualmente obrigado a realizar a oferta pública de aquisição, registrada ou não na CVM, conforme regulamentação aplicável, nos termos deste artigo 44, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

Parágrafo 6º - O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de uma pessoa se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 30% (trinta por cento) do total das ações de sua emissão em decorrência (i) de sucessão legal, sob a condição de que o acionista aliene o excesso de ações em até 180 (cento e oitenta) dias contados do evento que foi atingida tal participação; (ii) incorporação de uma outra sociedade pela Companhia; (iii) incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia; (iv) da subscrição de ações da

Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral de acionistas da Companhia.

Parágrafo 7º - O disposto neste artigo não se aplica aos Acionistas Adquirentes que na data de encerramento da oferta pública de ações sejam detentores de quantidade superior a 30% (trinta por cento) do total de ações de emissão da Companhia e que venham a adquirir novas ações da Companhia, seja ou não no exercício do direito de preferência, desde que, após essas novas aquisições, esse Acionista Adquirente não venha a deter uma participação no capital total da Companhia superior à participação por ele detida na data de encerramento da oferta pública de ações.

Parágrafo 8º - Não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações, para fins do cálculo do percentual de 30% (trinta por cento) do total de ações.

Parágrafo 9º - Caso a regulamentação da CVM aplicável à oferta pública de aquisição prevista neste artigo determine a adoção de um critério de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação da Companhia na oferta pública de aquisição que resulte em preço de aquisição superior àquele determinado nos termos do parágrafo 2º deste artigo, deverá prevalecer na efetivação da oferta pública de aquisição prevista neste artigo aquele preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da CVM.

Artigo 45 - Na oferta pública de aquisição de ações a ser efetivada pelo(s) Acionista(s) Controlador(es), Grupo de Acionistas Controlador ou pela Companhia para o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Preço Justo apurado em laudo de avaliação, de acordo com o artigo 46 deste Estatuto Social.

Artigo 46 – Os laudos de avaliação previstos neste Estatuto Social deverão ser elaborados por empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e controladores, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do § 1º do artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações e conter a responsabilidade prevista no § 6º do mesmo dispositivo legal.

Parágrafo 1º - A escolha da empresa especializada responsável pela determinação do Preço Justo da Companhia é de competência privativa da Assembleia Geral, não sendo computados os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes na Assembleia Geral, que se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, ou que se instalada em segunda convocação poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

Parágrafo 2º - Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser assumidos integralmente pelo ofertante.

Artigo 47 – Na hipótese de não haver Acionista Controlador, sempre que for aprovado, em Assembleia Geral, o cancelamento de registro de companhia aberta, a oferta pública de aquisição de todas as ações em circulação da Companhia deverá ser efetivada pela própria Companhia, caso a mesma possua reservas legais para a aquisição de todas as ações da oferta,

observado que os limites de negociação com as próprias ações serão aplicáveis caso a aceitação não atinja 2/3 das ações em circulação.

Artigo 48 - Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a B3 S.A. determinar que os valores mobiliários de emissão da Companhia tenham a sua negociação suspensa no Novo Mercado em razão do descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado, o Presidente do Conselho de Administração deverá convocar, em até 02 (dois) dias da determinação, computados apenas os dias em que houver circulação dos jornais habitualmente utilizados pela Companhia, uma Assembleia Geral Extraordinária para substituição de todo o Conselho de Administração.

Parágrafo 1º - Caso a Assembleia Geral Extraordinária referida no *caput* deste artigo não seja convocada pelo Presidente do Conselho de Administração no prazo estabelecido, a mesma poderá ser convocada por qualquer acionista da Companhia.

Parágrafo 2º - O novo Conselho de Administração eleito na Assembleia Geral Extraordinária referida no *caput* e no parágrafo 1º deste artigo deverá sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado no menor prazo possível ou em novo prazo concedido pela B3 S.A. para esse fim, o que for menor.

Artigo 49 - É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo VIII, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública de aquisição e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

Artigo 50 - A Companhia ou os acionistas responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição prevista neste Capítulo VIII, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM poderão assegurar sua efetivação por intermédio de qualquer acionista, terceiro e, conforme o caso, pela Companhia. A Companhia ou o acionista, conforme o caso, não se eximem da obrigação de realizar a oferta pública de aquisição até que seja concluída com observância das regras aplicáveis.

Artigo 51 - A partir da data em que o Controle da Companhia passe a ser qualificado como Controle Difuso, conforme definido no parágrafo 1º do artigo 43 acima, qualquer Acionista Adquirente que atingir, direta ou indiretamente, participação em Ações em Circulação igual ou superior a 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia, e que desejar realizar uma nova aquisição de Ações em Circulação, estará obrigado a realizar cada nova aquisição na B3 S.A., vedada a realização de negociações privadas ou em mercado de balcão;

Parágrafo Único - Na hipótese de o Acionista Adquirente não cumprir com as obrigações impostas por este artigo, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o Acionista Adquirente não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do Acionista Adquirente, conforme disposto no artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, sem prejuízo da responsabilidade do Acionista Adquirente por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este artigo.

Artigo 52 - Não obstante o previsto nos artigos 44, 49 e 50 deste Estatuto Social, as disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão nas hipóteses de prejuízo dos direitos dos destinatários das ofertas mencionadas em referidos artigos.

CAPÍTULO X DA ARBITRAGEM

Artigo 53 - A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

CAPÍTULO XI DA LIQUIDAÇÃO

Artigo 54 - A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação.

CAPÍTULO XII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 55 - Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações, respeitadas as disposições do Regulamento do Novo Mercado.

2 Relatório detalhando a origem e justificativa das alterações propostas e analisando os seus efeitos jurídicos e econômicos.

Não haverá alteração de grande magnitude que justifique a apresentação de tal relatório. Para o exercício de 2021, a única alteração constitui em cancelamento de ações, derivado dos planos de recompra já disponibilizado para o mercado.